

SISTEMA FAEP



BOLETIM

informativo

Ano | n° | 18 a 24 de maio
XXIV | 1051 | de 2009

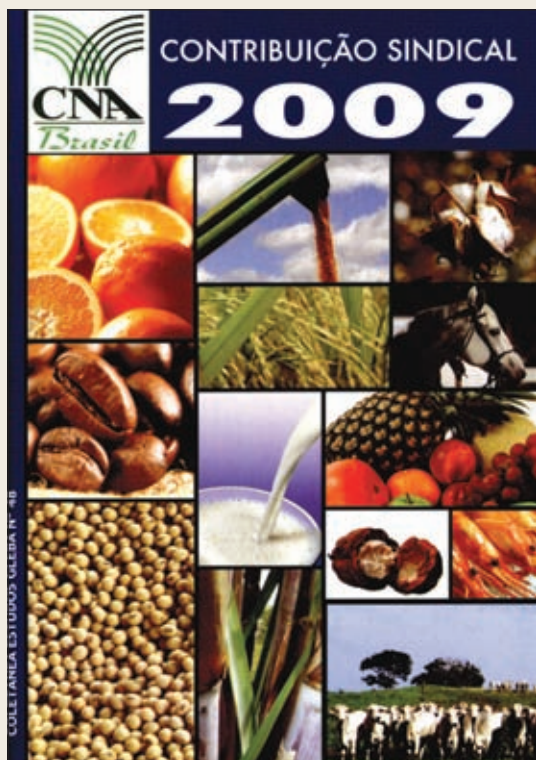
Tiragem desta edição 24.000 exemplares

Bom momento para suinocultura mostrar seu alto padrão sanitário Pág. 2

PRODUTOR RURAL.

Pagamento da contribuição sindical até o dia 22 de maio

O valor arrecadado é destinado à defesa econômica da categoria e à melhoria da infraestrutura de atendimento do sistema sindical rural



NA CONTENÇÃO DA CRISE

Produtores querem R\$ 120 bilhões para plantar próxima safra

Pág. 3



MÍDIA

Centro das atenções, suinocultura quer mostrar virtudes sanitárias

Por Marcos Tosi

“Noves fora” a confusão em torno da Gripe A, chamada no início erroneamente de gripe suína, a suinocultura pode aproveitar o interesse dos meios de comunicação e da opinião pública para mostrar o alto grau de profissionalização da atividade no País. “É um bom momento para divulgarmos nosso sistema de produção, os exigentes cuidados sanitários, a segurança de todos os processos de uma ponta a outra da cadeia produtiva”, diz Irineu Wessler, produtor paranaense que é presidente interino da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS).

O que muita gente está descobrindo apenas agora, em função da atenção despertada na mídia, é que existe uma série de cuidados sanitários até para fazer uma simples filmagem ou fotografia de leitões para ilustrar uma reportagem. “Para qualquer pessoa ter acesso às granjas, inclusive os trabalhadores, é preciso tomar banho e trocar de roupa. A maioria das granjas é cercada e todo caminhão que transporta os animais passa por um rigoroso processo de desinfecção antes de receber uma nova carga”, diz Wessler.

Quanto ao controle da Gripe A, a expectativa predominante entre especialistas é de que em algumas semanas a situação esteja normalizada. Os efeitos sobre a suinocultura ainda preocupam, apesar de não haver novas barreiras à exportação brasileira e de ter ficado claro, em todo tempo, que não se pega o vírus pelo consumo da carne. O problema é que o setor já vinha enfrentando dificuldades por causa



da crise econômica, que reduziu as exportações e colocou 60 mil toneladas a mais no mercado interno.

Todo este contexto reforça ainda mais a importância estratégica da campanha de marketing “Um novo Olhar sobre a Carne Suína”. A meta da ABCS é, em três anos, colocar mais 2 kg de carne suína no prato de cada brasileiro, aumentando o consumo médio anual de 13 para 15kg. Para isso, existe um trabalho junto a frigoríficos, supermercados e restaurantes para ampliar a variedade de cortes e mostrar todo o potencial gas-

tronômico da carne; com relação aos consumidores, o foco é destacar a riqueza de paladares, o preço mais barato e os benefícios à saúde.

“Não precisamos nem comparar com a Europa, onde o consumo per capita/ano é de 45kg. Basta olhar para nosso vizinho, o Paraguai, onde cada cidadão consome 25kg de carne suína por ano”, argumenta Wessler. A recomendação aos consumidores é sempre comprar carne com o selo de inspeção sanitária - municipal (SIM), estadual (SIP) ou federal (SIF).

O que fariam 2kg a mais

Veja o impacto de um aumento de 2 kg no consumo per capita de carne suína no Brasil: Fonte: ABCS

- Mais 200 mil matrizes
- Consumo de 10 milhões de sacas de milho
- Consumo de 4,2 milhões de sacas de soja
- Investimentos de R\$1 bilhão em instalações nas granjas
- Geração de 12 mil empregos diretos



PARA COMBATER A CRISE

CNA e cooperativas pedem R\$ 120 bi para próxima safra

Agência CNA

Ampliação do volume de crédito oficial para R\$ 120 bilhões para a próxima safra, redução das taxas de juros dos financiamentos de 6,75% para 5%, criação do Fundo de Compensação de Riscos do Setor Agropecuário para minimizar os riscos de inadimplência das operações de crédito rural e facilitar o acesso ao crédito, além de medidas complementares para reduzir os efeitos da crise financeira mundial no setor agropecuário. Estas são algumas propostas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2009/2010, entregues nesta quinta-feira (14) ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes. Ao justificar a necessidade destas medidas, a presidente da CNA, sena-

dora Kátia Abreu, estimou que, para o período 2009/2010, seriam necessários R\$ 158,5 bilhões apenas para custeio da agricultura e pecuária.

No entanto, ela ressaltou que a queda da participação dos agentes privados no financiamento da atividade rural, principalmente tradings e multinacionais, em decorrência da crise financeira mundial, demandará maior atuação do governo no financiamento do setor rural, que hoje corresponde a um terço do total. "O cenário de crédito é bastante preocupante", alertou Kátia Abreu. Pela proposta, os R\$ 120 bilhões solicitados seriam para custeio, comercialização e investimento para a safra 2009/2010. Em relação aos juros, as duas entidades defendem redução das taxas das operações de custeio e comercialização (6,75% para 5%),

O setor quer ainda redução das taxas de juros dos financiamentos de 6,75% para 5%, criação do Fundo de Compensação de Riscos do Setor Agropecuário para minimizar os riscos de inadimplência das operações de crédito rural e facilitar o acesso ao crédito

Proger Rural (6,25% para 4%) e Moderfrota (de 7,5% para 6%, no caso de renda bruta até R\$ 250 mil/ano, e de 9,5% para 7,5% para produtores com faturamento superior a R\$ 250 mil/ano).

O setor produtivo pede a criação de um Fundo de Compensação de Riscos para flexibilizar a classificação de risco dos contratos inadimplentes. A idéia é impedir a elevação do nível de classificação das operações de crédito rural, uma vez que, quanto mais alto o risco, maior a barreira para novos empréstimos. O aporte inicial seria da União. Outra proposta é alterar a resolução 3499, do Conselho Monetário Nacional (CMN), para que o produtor que fez mais de um contrato no mesmo banco, ao renegociar uma das operações, não tenha as outras reclassificadas para patamares mais altos. Nesta proposição, seriam incluídas as operações no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos Fundos Constitucionais de Financiamento. “Os produtores que financiavam suas lavouras com recursos do crédito rural não conseguem mais acessar estas fontes e se vêem obrigados a recorrer às linhas de crédito com juros de mercado, que restringiram sua participação nos financiamentos”, explicou Kátia Abreu.

O documento entregue ao governo também pede a elevação do limite de recursos por produtor para custeio da produção, com teto de R\$ 900 mil para a agricultura e de R\$ 300 mil para a pecuária. Para a comercialização, foram propostas a correção dos preços mínimos de algumas culturas e a criação de um programa de subvenção ao prêmio de contrato de opções para garantir a comercialização da produção a preços adequados. Para as operações de investimento, CNA e OCB pediram a redução do spread bancário para até 3% nos programas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e elevação do prazo para pagar os financiamentos.

Outra solicitação feita foi o apor-

te de R\$ 400 milhões para a subvenção ao seguro rural e a ampliação do limite desta subvenção, de 50% para 75%, em culturas como algodão, milho, arroz e soja. O teto máximo subiria de R\$ 32 mil para R\$ 40 mil. De acordo com a proposta, a subvenção seria estendida à cafeicultura, com limite de 60%. O setor pede também medidas específicas por cultura, como o incentivo à pesquisa de cultivares de trigo a inclusão da cana-de-açúcar e da pecuária de corte na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM) e a criação de Cédulas de Produto Rural (CPRs) para o álcool.

Medidas complementares

Além da maior participação do crédito, diante da escassez de outras fontes de recursos, CNA e OCB também mencionaram outras ações necessárias para reduzir os custos de produção para a próxima safra. Uma delas é a subvenção ao frete, que nos últimos anos se traduziu em um dos principais gargalos para o produtor, em razão da precária estrutura logística para escoar a produção até os portos. Outras reivindicações são a consolidação da alíquota zero sobre a importação de fertilizantes na lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC). O setor também pede o fim da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de crédito rural, e do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

PEDIDO DA FAEP

Prorrogado prazo de plantio do trigo no PR

O Ministério da Agricultura prorrogou por dez dias o prazo de zoneamento agrícola do trigo no Norte do Paraná. A medida, publicada no Diário Oficial do dia 14, atende a uma reivindicação da FAEP encaminhada ao ministro Reinhold Stephannes no último dia 6.

O documento assinado pelo presidente da entidade, Ágide Meneguette, mostrou os efeitos da estiagem em várias culturas e so-

licitava, entre outras medidas, a prorrogação do zoneamento do trigo, cuja decisão favorável permite ao produtor rural, além de plantar, ter acesso ao crédito e ao seguro rural/Proagro. A prorrogação atinge 58 municípios. “Essa medida vem no momento adequado aos produtores da nossa região”, disse Floriano Ribeiro, presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procopio. Confira o quadro:



METAS DO MILÊNIO DA ONU

SENAR vai capacitar agricultores na África de língua portuguesa

Projetos de segurança alimentar e capacitação rural serão executados pelo Brasil em países de língua portuguesa no continente africano, ainda neste semestre, a partir do termo de cooperação internacional assinado no dia 7 entre o Sistema CNA/SENAR, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e Ministério das Relações Exteriores, na sede da CNA, para consolidar as Metas do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). “Queremos que todo o conhecimento que o Brasil adquiriu em produção, em tecnologia, seja repassado. Desta forma, podemos contribuir para reduzir a fome em 50% antes de 2015, que é o prazo definido pela ONU como a prioridade número 1 das metas”, destacou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Pelas linhas definidas do projeto, técnicos brasileiros do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) vão visitar fazendas e instituições de ensino para levar conhecimentos a técnicos e agricultores de Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola — os cinco países de língua portuguesa na África — e em nações da América Latina, como Paraguai, onde um projeto-piloto já foi discutido pelo SENAR e governo vizinho. A idéia é transferir conhecimentos técnicos também ao Timor Leste, na Oceania, conhecido no passado como Timor Português.

De acordo com a proposta de criar uma rede de conhecimentos para aumentar a produtividade

agrícola e a renda desses países, técnicos africanos também visitarão fazendas-escolas brasileiras. O primeiro passo para a realização dos projetos é a assinatura do protocolo de cooperação técnica entre a CNA e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o ministro Marco Farani, diretor-geral da ABC e do Itamaraty. “Em um momento que a agricultura brasileira com bons olhos no mundo inteiro, é fundamental que o Estado brasileiro cumpra sua parte para ajudar aqueles que precisam”, disse Farani.

Como será

Os técnicos brasileiros vão atuar em seis frentes de ação: 1) Fazendas-escolas, que são centros de formação e profissionalização rural; 2) Oficinas de formação de recursos institucionais, com ações centralizadas na elaboração de cartilhas e outros produtos teóricos e metodológicos; 3) Capacitação de profissionais e técnicos em ciências agrárias pela metodolo-

gia SENAR; 4) Capacitação de lideranças e agentes locais com a missão de diagnosticar as demandas das comunidades rurais, com foco na transferência de tecnologias (inseminação artificial, fruticultura, mecanização etc); 5) Intercâmbio de profissionais entre os países no acordo de cooperação técnica internacional para assimilação dos métodos e tecnologias do SENAR; 6) Avaliação e monitoramento contínuo das atividades.



ARTIGO

Roberto Rodrigues

Roberto Rodrigues é coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Publicado no jornal Folha de S. Paulo de 9 de maio de 2009

0 sertão vai virar mar...

Todas as noites vimos acompanhando pelos noticiários das televisões dois simulâneos desastres ocorrendo no país: enchentes no Nordeste e seca no Sul.

A seca no Sul causa complicações na oferta de água potável na área urbana de vários municípios e regi-

Só o Paraná, de acordo com informações da Federação de Agricultura, terá uma redução de 6,5 milhões de toneladas de milho e soja na safra deste ano

ões inteiras, mas provoca enormes prejuízos para agricultores e pecuaristas. Até 25% da produção de grãos (soja e milho, principalmente) pode quebrar, acompanhando as perdas também verificadas na Argentina e em parte do Uruguai e do Paraguai.

Só o Paraná, de acordo com informações da Federação de Agricultura daquele Estado, terá uma redução de 6,5 milhões de toneladas de milho e soja na safra deste ano. Isso tem consequências importantes no suprimento desses cereais para as fábricas de rações para aves, suínos e gado de leite, bem como na redução do potencial saldo comercial externo. Além disso, provoca uma perda de renda para o agricultor, que se soma aos elevados custos de plantio e à escassez de crédito rural.

Ruim para os produtores do Sul (aos quais se juntam os de Mato Grosso do Sul), ruim para o país, porque exportará menos, ruim para quem emprestou dinheiro para a cadeia produtiva, ruim para os serviços (transporte, armazenagem, embalagem), para a industrialização, para a arrecadação de tributos, para a geração de empregos. E o pior é que o endividamento resultante desse processo vai ficando recorrente e toca renegociar dívidas. É impressionante a demora na implementação do Seguro Rural, cuja criação se deu em lei de 2003, há seis anos, cuja regulamentação ficou pronta em 2004 e cujo Fundo de Catástrofe, essencial para a fase de resseguro, ainda não foi estabelecido.

Há casos em que os grãos estão brotando na espiga. E o pior: sem estradas, com os armazéns e silos lotados

Mas, no Nordeste, a situação do campo não é melhor: assistimos nos noticiários à tragédia das inundações urbanas, especialmente com as perdas calamitosas das populações mais pobres, sobretudo as ribeirinhas. As do setor rural, todavia, nem podem ser contabilizadas, porque não é possível sequer chegar às localidades atingidas, uma vez que as estradas praticamente acabaram e os meios de comunicação funcionam precariamente.

No entanto em regiões de fron-

teira como o centro e o sul do Maranhão e do Piauí e em partes expressivas do Ceará e do Rio Grande do Norte, as reduções da produção são irreparáveis. Na promissora região de Balsas, no sul do Maranhão, onde choveu cerca de 400 milímetros no mês de abril (três vezes mais que a média histórica), a colheita de soja foi iniciada em março com média surpreendente de 55 sacas por hectare; depois de quase um mês inteiro de chuvas ininterruptas, a produtividade caiu de 30% a 50%. O milho começa a ter problemas semelhantes.

Há casos em que os grãos estão brotando na espiga. E o pior: sem estradas, com os armazéns e silos lotados, com os problemas da ferrovia da Vale, mesmo essa colheita desastrosa não pode ser transportada.

Será um duríssimo golpe para toda a região, em que pequenos, médios e grandes produtores foram igualmente atingidos. Não tem jeito: é preciso reformar mesmo todo o sistema do crédito rural, garantindo o seguro da renda como base fundamental do novo modelo.

E, evidentemente, temos de investir em logística e em infraestrutura. Caso contrário, essas regiões de grande potencial levarão anos para se viabilizarem.

É preciso reformar todo o sistema do crédito rural, garantindo o seguro da renda como base fundamental

PECUÁRIA DE CORTE

Produtores da Argentina produzem menos carne e país deve importar alimento

Por André Franco



Animais em confinamento

No ano que vem, a Argentina pode importar carne bovina pela primeira vez na história. O governo argentino já admite essa possibilidade. Neste ano, a produção de carne do país está estimada em 3,11 milhões de toneladas. Mas, para 2010, deve ser de apenas 2,67 milhões de toneladas.

Se por um lado, cai a produção, por outro, o consumo continua em alta. No ano, o argentino consome, em média, 70 quilos de carne. É o mais alto consumo per capita de carne do mundo. Atualmente, 90% da carne produzida no país é destinada ao mercado interno.

O cenário do segmento da carne na Argentina pôde ser acom-

panhado, de perto, por produtores e técnicos do Paraná no mês passado, durante a viagem técnica promovida pela FAEP ao país vizinho.

Durante a visita, representantes do setor produtivo informaram que, cada vez mais, as exportações de carne são restringidas pelo governo com o objetivo de manter o preço do alimento baixo e mais acessível à população

“A imagem que o governo quer mostrar é a de produzir produtos

bons e baratos, como a carne, o pão e o vinho. Não interessa o que o produtor vai receber ou sofrer”, criticou o engenheiro agrônomo, Jorge Cazenave.

Em relação à pecuária de corte, os visitantes brasileiros perceberam a falta de interesse do produtor argentino em manter e aumentar a produção. Para o vice-presidente do Sindicato Rural de Carambeí, Ricardo de Aguiar Wolter, esse desinteresse é resultado da dificuldade de exportação e da queda de rentabili-

“A imagem que o governo quer mostrar é a de produzir produtos bons e baratos, como a carne, o pão e o vinho. Não interessa o que o produtor vai receber ou sofrer” – Jorge Cazenave



Ricardo de Aguiar Wolter

dade. “Os produtores preferem plantar soja, o que é mais barato, e desenvolver a pecuária em áreas periféricas”, disse.

Confinamento

Apesar da queda da produção e da crise do setor, chamou a atenção dos visitantes brasileiros um confinamento com capacidade para 13 mil animais. Atualmente, na Fazenda Las Mercedes, situada no município de Pergamino, na Província de Buenos Aires, são confinadas 10 mil cabeças.

Segundo o técnico responsável pelo confinamento, Leonardo Rossi, nos últimos 15 anos, a prática tem

sido adotada para aproveitar as áreas não usadas para a produção agrícola.

Dos 160 hectares da fazenda, 31 hectares são usados para confinamento. Ao todo, são 89 currais. Cada um tem a capacidade de reunir, no máximo, 160 animais.

A maioria dos animais confinados pertence a frigoríficos, que compram bezerros e os engordam em propriedades de tercei-

ros.

Segundo Wolter, é interessante o fato dos proprietários dos animais confinados serem de frigoríficos. “No Brasil, geralmente, os animais confinados são do produtor, que os revende ao frigorífico. Aqui, é diferente. O frigorífico que confina seus animais em propriedades de outros”, comentou.

Para os animais entrarem no confinamento, são separados lotes com novilhos de, no mínimo, 350 quilos cada. Quando deixam o local, os animais pesam entre 420 e 500 quilos. “O ganho de peso médio para os novilhos vai de 1,3 quilos a 1,35 quilos por dia. Já o rendimento de carcaça fica em torno de 59 e 60%”, disse Rossi.

Custos

Nos currais da Fazenda Las Mercedes, predominam animais das raças Hereford, Angus, Brahma e Braford. A alimentação dos animais representa 65% dos custos totais. O restante dos gastos é dividido entre maquinários, medicamentos dos animais e mão de obra. Na fazenda, trabalham 25 pessoas.

“O custo por quilo de alimento varia de R\$ 2,36 a R\$ 2,70”, afirmou Rossi. Segundo ele, o animal terminado é vendido a R\$ 3,71 por quilo. Já o preço de venda do animal magro varia de R\$ 2,16 a R\$ 2,22 por quilo. Cerca de 85% dos animais confinados na Las Mercedes são exportados para a Rússia, Chile e Romênia, além da cota Hilton, que é de 25 mil toneladas por ano. Na fazenda, a taxa de mortalidade dos animais é, em média, de 0,6%. Segundo Rossi, até 1% de mortalidade, o prejuízo é do proprietário do animal. Quando a taxa fica entre 1% a 1,5% a perda é dividida entre o proprietário e a fazenda. “Acima de 1,5%, o confinamento se responsabiliza pelo prejuízo”, disse.

Cota Hilton

A Cota Hilton é uma parcela de exportação de carne bovina sem osso de alta qualidade e valor que a União Européia (UE) outorga, anualmente, a países produtores e exportadores de carnes. Atualmente, a Argentina é o país que tem a maior cota, que é de 28.000 toneladas anuais. Este volume representa a metade de toda a Cota Hilton entregue à Europa. A Cota Hilton do Brasil é de cinco mil toneladas por ano.

“Os produtores preferem plantar soja, o que é mais barato, e desenvolver a pecuária em áreas periféricas” - Ricardo de Aguiar Wolter



ARGENTINA

Pecuária leiteira aposta na produtividade para concorrer com produção de grãos

Por André Franco



Silagem

A idéia de que o leite argentino era o mais barato do mundo veio abaixo durante a viagem técnica de produtores do Paraná e técnicos da FAEP à Argentina no mês passado. Bastou conhecer, de perto, as dificuldades enfrentadas pelo setor leiteiro do país vizinho para concluir que problemas que atingem o segmento ajudam a aumentar os valores do que se gasta para produzir o alimento.

Atualmente, o produtor argentino gasta muito mais para produzir um litro de leite do que no tempo em que nem precisava adubar as pastagens para obter resultados extraordinários. Hoje, o custo de produção de um litro de leite é de R\$ 0,5608. Enquanto que o preço pago ao produtor é de R\$ 0,41 por litro. Do total do gasto para produzir, 70% é com alimentação, medicamentos

Entre os fatores que encarecem o leite, estão os problemas climáticos, como a estiagem nos meses em que são introduzidas as pastagens de inverno, e o uso de concentrados, subprodutos industriais e provenientes das lavouras

e mão-de-obra. O restante do custo é com genética e manutenção.

Entre os fatores que encarecem o leite, estão os problemas climáticos, como a estiagem nos meses em que são introduzidas as pastagens de inverno, e a necessidade de aumentar o uso de concentrados, subprodutos industriais e provenientes das lavouras.

Com a migração de produtores da bovinocultura de leite para o cultivo de soja, foi necessário aumentar a produtividade de leite por área para poder concorrer com as áreas agrícolas. O que tam-

bém contribui para o aumento do custo de produção.

Segundo o médico-veterinário da Cooperativa Witmarsum, Edilson José Vieira, a busca da viabilidade econômica levou produtores a investirem mais em tecnologias. "Aqui, o produtor de leite vem aumentando seus gastos com irrigação, concentrados protéico-energéticos, aditivos, reserva alimentar, correção do solo e aplicação de fertilizantes, etc. Vimos que, para competir com os grãos, a produção viável hoje deve ser superior aos 15 mil litros por hectare ano", informou.



**Médico-veterinário da
Cooperativa
Witmarsum, Edilson
José Vieira**

Tecnologia

Numa propriedade de 260 hectares, situada no município de Pergamino, na Província de Buenos Aires, são mantidas 100 vacas em lactação. Outras 80 vacas estão prontas para parir nos próximos dias. O desafio é chegar a 300 vacas e uma

produção entre 25 mil e 27 mil litros por hectare. Mas para isso, o uso de tecnologias é indispensável.

Com o déficit hídrico dos últimos anos, verificado principalmente entre abril e setembro, o jeito foi adquirir dois sistemas de irrigação de canhão para aumentar a produtivi-

A busca da viabilidade econômica levou produtores a investirem mais em tecnologias

dade das pastagens e do milho. O grão ocupa metade da área da propriedade no verão. No inverno, as pastagens cobrem 50% da área. O restante é ocupado por alfafa, instalações e áreas de descanso.

Ao lado da pastagem, o que se vê são bolsas de plástico com 100 metros de comprimento cada, onde é armazenada a silagem de milho. Em cada metro quadrado, são armazenados 4.200 quilos do material. O custo dessa tecnologia, somado ao gasto com a mão-de-obra para ensilar, chega a US\$ 800,00 por hectare. O maquinário de silagem custa US\$ 321 mil e o da embolsadeira é de US\$100 mil.

Segundo o produtor argentino Pedro de Gaitani, o concentrado comercial é muito caro para ser fornecido aos animais. O custo da tonelada fica entre US\$ 150,00 e US\$ 160,00. "Já a tonelada do produto confeccionado na propriedade custa menos que US\$ 100,00. Queremos produzir, em nossa propriedade, 80% da alimentação de nossos animais", disse.

Argentinos querem implantar Conseleite como no Paraná

Grupos de produtores, representantes da indústria, do governo e pesquisadores da Argentina participam, no dia 19 de maio, da reunião mensal do Conseleite-Paraná na sede da FAEP, em Curitiba. Provenientes das províncias de Entre Rios e Santa Fé, os argentinos vêm conhecer a metodologia adotada pelo Conseleite-Paraná. Eles aproveitam para conhecer experiências bem-sucedidas de produtores paranaenses na atividade.

Durante a viagem técnica, promovida pela FAEP ao país vizinho, o economista da Sociedade Rural Argentina, Ernesto Ambrosetti, elogiou os trabalhos desenvolvidos pelo Conseleite no Paraná. Segundo Ambrosetti, na Argentina, não existe nada parecido no setor, que aproxima o setor produtivo da indústria. "É um bom modelo para ser copiado", disse.



ESTIMATIVA

Renda agrícola brasileira cai 3,2% em relação ao ano passado



A estimativa de renda agrícola das vinte principais lavouras no Brasil em 2009 atingiu, em abril, R\$ 156 bilhões, valor 3,2% inferior ao registrado no ano passado.

Apesar da redução de renda, o valor estimado este ano é o segundo maior, depois de 2008, desde a série iniciada em 1997. Em relação à estimativa divulgada no mês passado, houve um aumento devido, especialmente, à revisão dos dados de safra realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e IBGE. A diferença de estimativas também ocorreu por falta de informações dos preços da uva. A Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), divulga mensalmente a renda agrícola.

Os períodos de estiagem em novembro e dezembro do ano passado e em março e abril deste ano na região Sul e em Mato Grosso do Sul afetaram a safra de produtos agrícolas, principalmente, milho e soja.

A região Sul vem mostrando uma queda de 11% na produção de grãos em relação ao ano passado. Essa queda se deve essencialmente às condições climáticas, sendo o milho o produto mais afetado, como explica o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do Mapa, José Garcia Gasques.

(218,5%), amendoim (21,17%), arroz (21,1%), cacau (19,7%) e mandioca (14,3%). a cana-de-açúcar com expectativa de aumento em 5,9% destaca-se entre os produtos com grande expressão para a renda.

Os decréscimos reais de renda comparados a 2008 ocorrem no milho (-26,4%), algodão herbáceo (-22,8%), trigo (-19,3%), café (-14,4%) e cebola (-13,5%). Outros produtos como tomate, feijão, fumo, banana e soja também devem apresentar queda na renda. No caso da soja, embora

com pequeno percentual de redução, o impacto em valor absoluto da renda é elevado por sua importância na composição da renda agrícola.

Renda regional

O Centro-Oeste (-10,3%), Sul (-7,9%) e Sudeste (-7,4%), demonstram maiores percentuais de queda entre as regiões brasileiras, observa o coordenador. Os estados de Mato Grosso do Sul (-17,8%), Paraná (-16%), Minas Gerais (-15,78%) e Mato Grosso (-11,86%) sofreram grande redução na renda.

Os períodos de estiagem em novembro e dezembro do ano passado e em março e abril deste ano na região Sul e em Mato Grosso do Sul afetaram a safra de produtos agrícolas, principalmente, milho e soja

REND AGRÍCOLA* - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - abril/2009

LAVOURAS (em Kg)	2008			2009		
	Em R\$'	% no PR	% no BR	Em R\$'	% no PR	% no BR
Batata - inglesa	354.530.698	1,63%	13,88%	364.380.807	2,00%	13,61%
Café (em côco)	694.198.972	3,20%	5,62%	456.006.078	2,50%	4,30%
Cana-de-açúcar	1.650.712.424	7,60%	7,86%	1.706.829.157	9,36%	7,67%
Feijão (em grão)	1.661.465.396	7,65%	19,75%	1.517.953.692	8,33%	19,81%
Fumo (em folha)	732.385.287	3,37%	14,54%	712.225.303	3,91%	14,52%
Mandioca	470.118.748	2,17%	9,37%	675.439.646	3,70%	11,77%
Milho (em grão)	5.397.800.772	24,87%	22,67%	3.442.501.039	18,88%	19,64%
Soja (em grão)	8.499.997.495	39,16%	19,53%	6.990.782.377	38,34%	16,33%
Trigo (em grão)	1.662.708.978	7,66%	54,43%	1.386.472.302	7,60%	56,26%
TOTAL	21.707.240.358	100,00%	13,47%	18.232.770.289	100,00%	11,69%

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA, abril/2009; FGV - Preços Recebidos pelos Produtores média anual para os anos fechados, e para 2009 média de preços de janeiro a abril; Para o café utilizou-se o preço do Cepeal/Esalq/USP re

(*) Renda Agrícola entendida como a receita bruta ou faturamento, uma vez que não considera custos de produção e outras despesas operacionais.	94,62%
	(3.474.470.669)
	-16,01%

PRONAF SISTÊMICO

Para não deixar todos os ovos na mesma cesta



Reni Denardi, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Paraná: "A ideia é não incentivar a monocultura, que expõe os pequenos produtores a um risco maior"

Trinta e cinco propriedades rurais no Paraná participam da experiência piloto do Pronaf Sistêmico, uma nova modalidade em que o financiamento envolverá um projeto para toda a propriedade, e não somente uma cultura. "A ideia é não incentivar a monocultura, que expõe os pequenos produtores a um risco maior."

A melhor segurança contra a estiagem, por exemplo, é a diversificação", diz Reni Denardi, delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no Paraná.

O que hoje é um projeto-piloto, no próximo plano safra poderá atingir centenas de propriedades e, dentro de dois a três anos, dezenas de milhares de produtores em todo o País. Do jeito como o Pronaf funciona atualmente, um produtor rural com 10 hectares é incentivado a

plantar tudo num só dia. "Sem querer, o seguro estimula o agricultor a correr um risco maior", observa Denardi.

No Pronaf Sistêmico é feito um planejamento da propriedade a médio-longo prazo. O projeto, assinado por um técnico, deve levar em conta o tamanho da propriedade, solo, clima, experiência do produtor e condições do mercado. Que atividades melhor se encaixam no perfil da propriedade?

Aprovado o projeto, os recursos do Pronaf são liberados anualmente, conforme o planejamento e com maior flexibilidade de uso, dentro das atividades planejadas. "É um modelo que exige relação de confiança entre produtor, técnico e agente financeiro. Traz mais liberdade para o agricultor, responsabilidade para a assistência técnica e sustentabilidade para a propriedade", finaliza Denardi.

ANTIGUIDADE

"Trigo bíblico" combate praga do trigo comum

Pesquisadores israelenses descobriram que genes do trigo cultivado nos tempos bíblicos podem ser a salvação para colheitas de trigo comum atacadas pela praga *stripe rust* ou *yellow rust*, uma das mais agressivas. Segundo o professor Tzion Fahima, da Universidade de Haifa, sua equipe descobriu que genes do trigo selvagem criam resistência a vários tipos dessa moléstia. A informação é da Ex-Libris Comunicação Integrada.

A pesquisa mostrou que os genes podem ser transplantados para o trigo comum. Cultivado desde a Antiguidade, o trigo selvagem foi "domesticado" durante milhares de anos até se transformar no cereal que conhecemos hoje. "Durante esse processo, aumentamos a produtividade do trigo, mas perdemos algumas de suas características vitais, o que o tornou vulnerável.

Agora, podemos levar os genes originais ao trigo que cultivamos", diz Fahima. Desaparecido no tempo, o trigo selvagem foi redescoberto em Israel há 100 anos pelo botânico Aaron Aaronsohn. Agora, renasce sob a luz da engenharia genética.

PROPOSTA

Comissão da Câmara aprova rotulação para transgênicos

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou nesta terça-feira o Parecer do relator deputado Ricardo Barros (PP/PR) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.148/2008, de autoria do deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS), que dispõe sobre embalagens e rótulos de produtos que contenham organismos geneticamente modificados em sua composição.

A proposta determina que os alimentos que contenham em sua composição OGM (Organismos geneticamente modificados) em quantidade superior a 1% devem informar sobre a presença destes ingredientes em suas embalagens e que será facultativo, aos alimentos que não contenham OGM na composição, a rotulagem "livre de transgênicos", desde que existam similares transgênicos no mercado brasileiro.

BALANÇA COMERCIAL

Exportações do agronegócio em abril registram alta de 24,4% em reais

As exportações do agronegócio em moeda nacional registraram alta de 24,4% em abril, em relação ao mesmo mês do ano passado.

As vendas ao comércio exterior totalizaram R\$ 12,090 bilhões, contra R\$ 9,715 bilhões em 2008. Já as importações apresentaram crescimento menor, 13,1%, passando de R\$ 1,324 bilhão para R\$ 1,497 bilhão. O superávit da balança comercial foi de R\$ 10,593 bilhões, beneficiado pela desvalorização do real, em torno de 31%, frente ao dólar.

Nem mesmo a queda dos preços médios internacionais das principais commodities exportadas pelo Brasil comprometeu o resultado da balança em dólar. As exportações computadas em moeda americana registraram baixas de 4,7% em abril, diminuindo de US\$ 5,75 bilhões para US\$ 5,48 bilhões. Mesmo assim, o superávit foi de US\$ 4,804 bilhões. Os setores que apresentaram maiores taxas de crescimento foram complexo soja (12,2%), complexo sucroalcooleiro (21,1%), animais vivos (14,6%) e produtos apícolas (113,7%).

As vendas do complexo soja (grão, farelo e óleo) totalizaram US\$ 2,087 bilhões. Os valores exportados em grãos aumentaram de US\$ 1,398 bilhão para US\$ 1,542 bilhão. Apesar da redução de 17,8% nos preços, a quantidade exportada aumentou 34,3%. O mesmo aconteceu com o farelo de soja, que registrou preços 7% inferiores aos praticados em abril de 2008, enquanto o volume exportado aumentou 58,2%, gerando receita de US\$ 418 milhões, alta de 47%. Já as exportações do óleo de soja apresentaram queda (-28,5%), com elevação de 27,1% no volume exportado e redução de 43,7% nos preços.

O valor das exportações do complexo sucroalcooleiro passou de US\$



411 milhões para US\$ 498 milhões (+21,1%). O crescimento é atribuído às vendas de açúcar, que tiveram alta de 47,9% em abril, na comparação com o mesmo mês de 2008, atingindo a cifra de US\$ 405 milhões. Houve aumento de preço e quantidade vendida do produto de 8,2% e 36,7%, respectivamente. Em contraposição, as exportações de álcool tiveram redução, em dólares, de 32,2%, totalizando US\$ 93 milhões. A queda deveu-se à redução tanto do volume exportado (-13%), quanto do preço (-22%).

Dentre os produtos mais importantes da pauta exportadora, apresentaram variações negativas os setores de carnes (-11,3%), couros e seus produtos (-49,4%), produtos florestais (-10,9%) e café (-12,2%). A receita de exportações de carnes passou de US\$ 1,093 bilhão em abril de 2008 para US\$ 970 milhões em abril deste ano. A movimentação financeira de carne bovina in natura diminuiu 19,5% (de US\$ 308 milhões para US\$ 248 milhões), por conta da queda de 15,4% no preço médio e uma redução de 4,9% na quantidade embarcada. A receita com as vendas de carne de frango in natu-

O superávit da balança comercial foi de R\$ 10,593 bilhões, beneficiado pela desvalorização do real, em torno de 31%, frente ao dólar

ra apresentaram crescimento (4,2%), pelo aumento da quantidade exportada (28,2%), que compensou a queda de preços (-18,7%). As vendas externas de carne suína apresentaram redução de 22,8%, em função da queda dos preços em dólares (-28,5%), pois a quantidade exportada aumentou 8,1%.

Destinos

O agronegócio brasileiro registrou aumento nas exportações realizadas em abril para África (24,2%), Ásia (20,9%) e Oriente Médio (33,1%). Para os demais continentes e blocos econômicos, o impacto da desaceleração da economia mundial se fez refletir sobre o valor das vendas externas. Dentre os países de destino das exportações, destacaram-se pelas taxas positivas a China (20,1%), Japão (46%), França (14,5%), Coreia do Sul (36,4%), Arábia Saudita (33,9%) e Irã (140,3%). A China se manteve na liderança como principal receptora do agronegócio nacional no mês de abril, a ponto de ampliar em três vezes a diferença do valor exportado frente ao 2º colocado, os EUA. Foram US\$ 1,137 bilhões em vendas aos chineses, contra US\$ 378 milhões aos americanos.



TENDÊNCIA

Se dólar continuar em queda preços agrícolas terão redução, prevê CNA

No momento em que o dólar reforça tendência de queda, registrando variação de -5,90% no mês, acumulando baixa de -11,82% no ano, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, manifesta suas preocupações com a volatilidade do câmbio, que poderá reduzir a rentabilidade das culturas de exportação. “O produtor ainda possui 40% da produção da safra 2008/2009 para serem comercializados, o que poderá ocorrer a preços mais baixos em função da queda do dólar”, afirma a senadora.

No mercado internacional, as cotações têm fechado em alta, em função da existência de estoques baixos, queda na produção argentina, demanda chinesa firme mesmo em tempo de crise e problemas climáticos nos Estados Unidos, que dificultam o plantio da safra de verão norte-americana. No mercado da soja, produto típico de exportação, os preços subiram 12,8% em oito semanas. Na Bolsa

de Chicago, aumentaram 29,9%. “Se não fosse o câmbio, os preços da soja teriam subido 17,6%”, diz a presidente da CNA.

Kátia Abreu fala, ainda, sobre as elevadas taxas de juros praticadas no País, o que poderá se transformar em atrativo para o ingresso de capital especulativo no País, depreciando o dólar e os preços agrícolas. “A comercialização a preços menores neste momento reduz a disponibilidade de uso de capital próprio pelo produtor no plantio da safra 2009/2010”, justifica a senadora.

Segundo a presidente da CNA,

os recursos para financiamento da nova safra já estão escassos em função da crise financeira internacional. Com menor disponibilidade de recursos do produtor e a significativa redução do crédito fornecido pelas tradings, haverá necessidade de maior aporte de recursos do crédito rural oficial. “Esse cenário nos leva a reafirmar que a safra 2009/2010 deverá ser planejada com muita cautela pelo produtor, pois além do risco próprio da atividade, o cenário macroeconômico mundial tende a reforçar a volatilidade do câmbio e dos preços agrícolas”, conclui Kátia Abreu.

No mercado internacional, as cotações têm fechado em alta, em função da existência de estoques baixos, queda na produção argentina, demanda chinesa firme mesmo em tempo de crise e problemas climáticos nos Estados Unidos, que dificultam o plantio da safra de verão norte-americana

MEIO AMBIENTE

Livre-se do BHC

Largamente utilizado em lavouras de café, o BHC (hexa-benzeno de cloro) também freqüentou até o final da década de 70, casas de pequenas e grandes cidades brasileiras como um antídoto insuperável para eliminar formigueiros. Suas embalagens pouco reforçadas na cor ocre podiam ser encontradas em qualquer armazém de esquina ou de beira de estrada.

Seriam necessários 160 anos para esse composto descoberto em 1825 pelo físico e químico inglês Michael Faraday ser eliminado dos campos e cidades brasileiras. Estudos acadêmicos, entre eles na Universidade Estadual de Maringá (UEM), mostraram que o BHC causava danos irreversíveis ao sistema nervoso central. Somente em 1985, os inseticidas organofosforados (entre eles o BHC e o DDT) tiveram a fabricação, manipulação e comercialização proibidas definitivamente nos ambientes agropecuários,

Entretanto, restaram no Paraná, 1.350 toneladas, espalhadas em várias regiões do Estado. Em Junho de 2005, sob a coordenação da Secretaria do Meio ambiente (SEMA) e com a participação da FAEP foi criado um grupo de trabalho interdisciplinar com a finalidade de formatar um projeto piloto para coleta e eliminação destes produtos. O que foi estabelecido por esse grupo há quatro anos, começará agora a ser concretizado.

Inicialmente o recolhimento abrangerá apenas os agricultores previamente cadastrados, segundo levantamento já efetu-

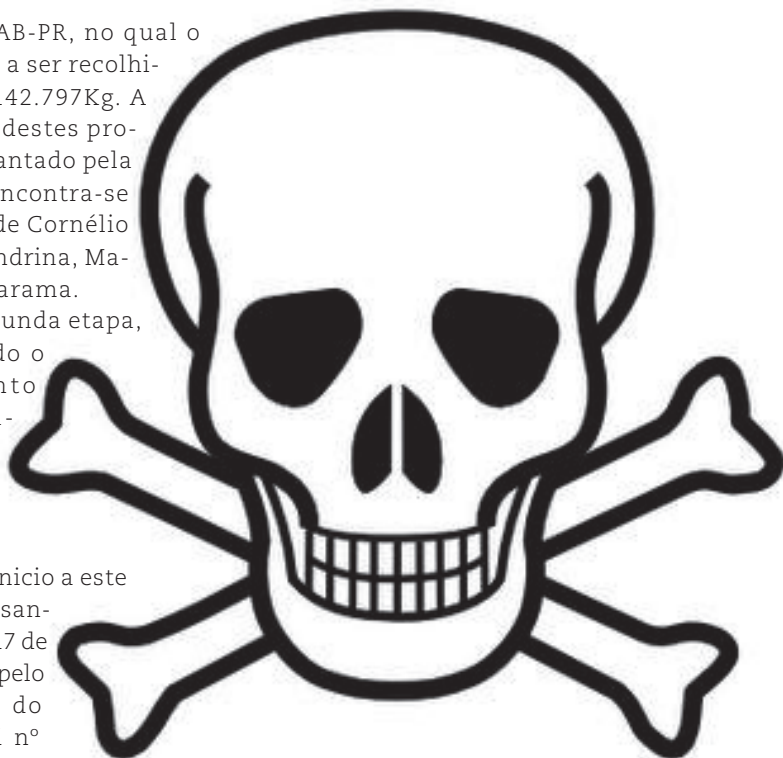
ado pela SEAB-PR, no qual o volume total a ser recolhido alcança 142.797Kg. A maior parte destes produtos, já levantado pela Secretaria, encontra-se nas regiões de Cornélio Procópio, Londrina, Maringá e Umuarama.

Numa segunda etapa, será efetuado o recolhimento de proxima-mente 1.350 toneladas ao longo de três anos.

Para dar início a este processo, foi sancionada, em 17 de abril de 2009 pelo Governador do Estado a Lei nº 16.082, do ex-deputado estadual Luiz Eduardo Cheida e da deputada Rosane Ferreira (PV), que prevê um período de auto-denúncia de seis meses para os agricultores que ainda mantêm o BHC armazenado em suas propriedades. Nesse período, o produtor deve declarar a existência do produto nos escritórios do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) ou da Emater. Esse prazo passa a valer após 45 dias da publicação da nova lei.

A iniciativa dos dois deputados coincide com um anseio dos produtores rurais

Em eliminar esse “abacaxi” de suas propriedades. “Em várias palestras de meio Ambiente em que abordei esse tema, constatei essa ansiedade em todos os Cantos do Paraná”, diz a engenheira agrônoma Carla Beck, do Sistema FAEP, “é necessário agora que eles procurem o IAP e a EMATER”.



A Lei

A lei obriga, no prazo de meio ano, “as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno), ou qualquer outro agrotóxico proibido por lei, apresentarem junto aos escritórios da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná – SEAB, ou do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, nas Cooperativas Rurais ou ainda junto aos Sindicatos Rurais, declaração contendo:

- I - tipo ou tipos de agrotóxicos;
- II - período estimado em que estão depositados ou armazenados;
- III - quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos; e
- IV - condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo Único. O cadastramento de que trata o caput do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos”.

SOJA

A logística sem lógica

Técnicos do Sistema FAEP estiveram nos Estados Unidos, alternadamente no período de 199 a 2008, de 1999, num circuito em fazendas, centros de pesquisas e Universidades. Buscavam subsídios sobre a maior economia e o maior produtor de alimentos do planeta para adequá-los à agricultura brasileira e principalmente a do Paraná,

maior produtor de grãos do país.

Também em 2004, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – USDA, divulgou um estudo sob título "How does Structural Change in the Global Soybean Market Affect the U.S. Price?", (Como as mudanças no mercado global de soja afetarão os preços nos Estados Unidos)-www.usda.gov, enfocando a mudança estrutural no mercado mundial da soja, assinalando que o preço da soja norte-americana é cada vez mais afetado pela oferta sul-americana.

O mesmo Departamento fez projeções agrícolas para 2014 sobre as

principais commodities agrícolas. Nelas, os americanos constatavam que o Brasil, dentro de cinco anos, consolidará sua posição como maior exportador de soja e grão e farelo de soja, "ampliando sua fatia do mercado mundial para 45%".

As projeções referentes à comercialização de soja em grão sinalizaram que o Brasil responderia por 54% do mercado internacional em 2014/15. Além disso, previam que os Estados Unidos teriam perda de fatia de mercado, passando de uma participação de 44% em 2003/04 para 30% em 2014/15. A Argentina, da mesma forma, também teria perda de participação no mercado internacional, passando de 12% para 7% em igual período, segundo o estudo dos norte-americanos.



USDA: Projeções de Preços Internacionais – Soja em grão – 2003/04-2014/15

	03 / 04	04 / 05	05 / 06	06 / 07	07 / 08	08 / 09	09 / 10	10 / 11	11 / 12	12 / 13	13 / 14	14 / 15
US\$/bushel	7,34	4,95	4,50	4,60	4,85	5,25	5,50	5,55	5,60	5,65	5,65	5,70
US\$/saca	16,18	10,91	9,92	10,14	10,69	11,57	12,12	12,23	12,34	12,45	12,45	12,57

Fonte: USDA Agricultural Baseline Projections to 2014

"O Mercado"

A comercialização dos produtos agropecuários se dá em um "mercado imperfeito", isto é, milhares de produtores estão ofertando o mesmo produto ao mesmo tempo. Do outro lado do balcão, um número reduzido de poderosas empresas multinacionais está comprando. É claro que os produtores rurais não fazem

o preço, mas apenas obedecem os indicadores das grandes bolsas internacionais para vender o produto.

O preço recebido pelo produtor de soja – ou de qualquer outra commodity – é calculado de frente para trás. Há um preço CIF, isto é, colocado no porto de destino e que vale para a soja, para o milho, algodão ou

outro qualquer produto dos Estados Unidos, da Argentina, do Brasil ou de qualquer outro país exportador. A partir deste preço, vão sendo deduzidos os preços das diversas etapas do processo de comercialização:

O que sobra desta conta é o que ganha o produtor rural, deduzidos, é claro, os custos diretos de produção.

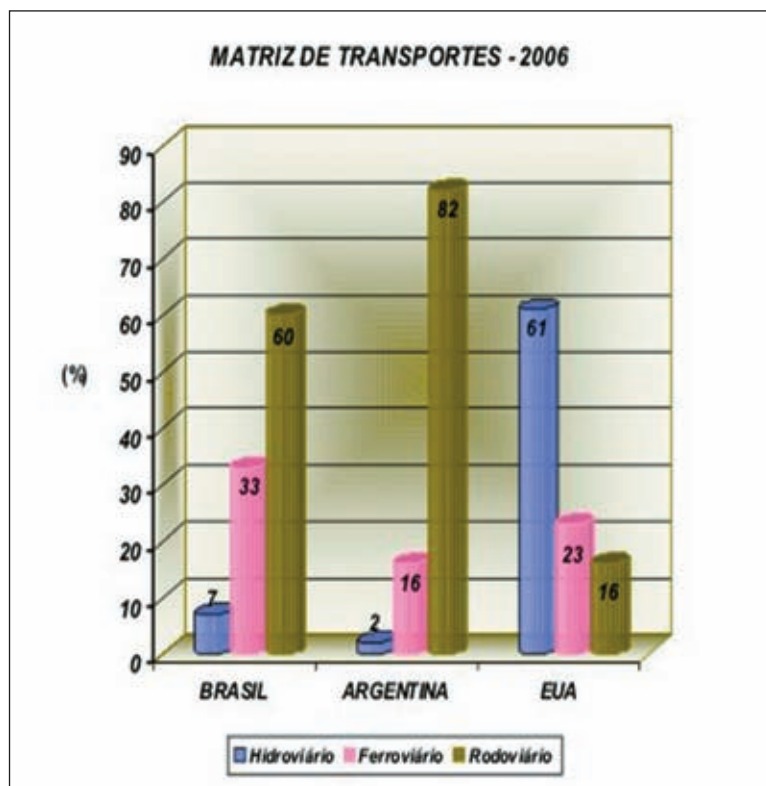
E a Logística?

Enquanto o governo norte-americano percebia (e se preocupa) com os espaços que gradualmente a agricultura brasileira ocupará no futuro próximo, há dez anos os técnicos do Sistema FAEP já chamavam a atenção para o descompasso entre a produção e a infraestrutura necessária para escoá-la. Para dentro das porteiras, evolução, para fora são as redes de TV mostrando o martírio de caminhões atolados na lama das estradas do Mato Grosso e imagens que não aparecem na TV sobre o gargalo formado pelo sistema ferroviário do Paraná e do Porto de Paranaguá (veja box).

Enquanto os americanos usam hidrovias para transportar 61% da

Produção, o Brasil utiliza apenas 7%. As ferrovias brasileiras transportam 33%, enquanto as americanas 23%, mas em compensação o custoso transporte rodoviário brasileiro é responsável por 60% da produção contra apenas 16% dos americanos.

O valor da soja colocada a bordo de um navio em Paranaguá é custo de transporte, transferência e embarque portuário. É um custo alto em torno de 63 dólares a tonelada, resultado de deficiências sérias de nossa infraestrutura e que atinge não apenas todos os produtos da agropecuária, mas também os produtos industriais.



Dos tempos da Maria Fumaça



A limitada malha férrea do Paraná possui é em sua maior parte centenária e concebida por uma engenharia ferroviária obsoleta. O material permanente e rodante estão depreciados e a reposição é feita em ritmo lento e de qualidade duvidosa.

No trecho entre Guarapuava e Irati, um dos mais importantes, as condições da ferrovia, com rampas

e curvaturas extremamente acentuadas. Isso provoca situações em que as composições são obrigadas a reduzir em alguns trechos o número de vagões de 70-80 para 30-40, enquanto a velocidade é reduzida de 40/50 km/h para 10/20km/h.

Situação não menos grave e de prejuízos econômicos para os usuários é o trecho com destino ao porto

de Paranaguá, cujas características do traçado aumenta o tempo de percurso e a velocidade seja reduzida.

A Ferroeste, empresa do governo do Estado, detentora do trecho de 247 km entre Cascavel e Guarapuava, cujo movimento transporta grande parte da produção de grãos do Paraná e de outros Estados, apesar de ter uma concepção de construção mais atualizada do que os demais trechos, sofre por problemas de ordem administrativas e falta de recursos. Não há previsões de investimentos em novos trechos a regiões do Estado não atendidos (Guaira e Campo Mourão principalmente), indispensáveis à economia do Estado. No PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) aparece uma utópica "Ferrovia Bioceânica" que ligaria o Atlântico ao Pacífico. O relatório do PAC revela que essa tal ferrovia "está em estudos". Em vez de ligar oceanos, não seria mais fácil resolver o que ocorre nos trilhos entre Guarapuava e Ponta Grossa?

Colaboraram os economistas Gilda Bozza Borges e Nilson H. Camargo.

SANIDADE

"Queremos apoio e cobrança", diz chefe da Defesa Agropecuária do PR

O Paraná recuperou o que tinha "andado para trás" no processo de erradicação da febre aftosa (após os focos da doença, em 2005) e hoje está de volta aos trilhos para conquistar o status sanitário de área livre da doença, sem vacinação.

Não falta experiência a quem comanda o Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS): o médico veterinário Silmar Bürer tem 28 anos de atuação na Secretaria da Agricultura.

Em entrevista ao Boletim Informativo, Bürer destaca a qualidade do quadro técnico que comanda, mas diz que é preciso contratar mais gente e ter a parceria fundamental dos produtores rurais. Os produtores, diz Bürer, "precisam apoiar definitivamente a defesa agropecuária, cobrar resultados e estar atentos para que interferências políticas não atrapalhem".

Boletim Informativo (BI). Qual o tamanho e agilidade da estrutura da Defesa Agropecuária do estado do Paraná?

Silmar Bürer (SB). A estrutura do Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (Defis) que integra a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná conta com um quadro de mais de 800 servidores, contando com médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnicos agropecuários, auxiliares de campo e auxiliares administrativos. São esses profissionais que cuidam de todas as atribuições da sanidade agropecuária do Paraná, seja na área animal ou vegetal, abrangendo mais de 374 mil estabelecimentos rurais no Estado.

É uma estrutura enxuta que vem sendo capacitada e treinada para atuar de forma rápida e eficaz no enfrenta-

mento dos desafios sanitários a que a produção agropecuária está exposta, sejam doenças nos animais ou pragas nos vegetais.

A agilidade da defesa agropecuária é algo que se aprimora a cada dia por meio da notificação com rapidez necessária para uma intervenção imediata. A defesa agropecuária do Paraná está nos mesmos patamares dos melhores do Brasil. Contudo, muitos



Silmar Bürer

itens continuarão a serem aprimorados como em qualquer atividade. O conceito "B" obtido (o mais alto do País e com a melhor pontuação) na área da sanidade animal, na adesão a regionalização sanitária da avicultura demonstra essa situação.

Que tipo de situação ou prática mais preocupa as autoridades sanitárias?

Pensamos que entre outras, são três as principais situações que mais prejuízo trazem à sanidade agropecuária quando elas ocorrem:

A primeira situação e que mais preocupa, obviamente, é a ocorrência de eventos sanitários (doenças) que tragam grandes prejuízos aos produtores, a toda a cadeia produtiva das es-

"O Paraná tem um estrutura enxuta que vem sendo capacitada e treinada para atuar de forma rápida e eficaz no enfrentamento dos desafios sanitários a que a produção agropecuária está exposta, sejam doenças nos animais ou pragas nos vegetais"

pécies envolvidas, ao Estado e ao País. É uma preocupação diária mantermos uma estrutura apta a prevenir e, se for o caso, combater tais ocorrências. A segunda situação que traz preocupações é a falta de conscientização dos produtores frente às suas obrigações, quanto à qualidade sanitária dos seus rebanhos e lavouras.

A terceira situação que preocupa as autoridades sanitárias é a ingerência política em assuntos de defesa agropecuária, atrapalhando os profissionais da área técnica e causando prejuízos aos produtores, à sociedade, ao Estado e ao País.

Isto mudou muito nos últimos anos e, atualmente, acreditamos que temos uma situação sanitária muito boa, os nossos produtores já estão bem conscientizados quanto às suas obrigações e as autoridades políticas cuidam da área política e buscam estruturar os serviços de defesa para que sejam eficazes e possam oferecer as garantias necessárias.

Que tarefas ou investimentos ainda são necessários antes do Paraná conseguir o status de área livre de febre aftosa, sem vacinação, junto à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)?

Neste momento, estamos reestruturando os Postos de Fiscalização Sanitária e Fitossanitária existentes nas divisas estaduais. No mês de fevereiro de 2009, foram contratados mais de 230 profissionais para a fiscalização do trânsito animal e vegetal. No início de maio de 2009 assumimos a estrutura de 28 postos que eram operacionalizados pela SEFA/CRE e que passam ao controle da SEAB/DEFIS. Contudo, será preciso investimentos para construir postos em alguns locais e investimentos para melhorar a estrutura em outros, visando melho-

“Será preciso investimentos para construir postos em alguns locais e investimentos para melhorar a estrutura em outros, visando melhorar a estrutura para o controle do trânsito animal e vegetal, tais como plataformas para fiscalização de caminhões, guaritas, etc, além de policiamento 24 horas por dia”

rar a estrutura para o controle do trânsito animal e vegetal, tais como plataformas para fiscalização de caminhões, guaritas, etc, além de policiamento 24 horas por dia.

Outro aspecto fundamental é complementar as vagas existentes e que estão em aberto na estrutura da defesa agropecuária do Paraná para médicos veterinários, engenheiros agrônomos, técnicos agropecuários e auxiliares administrativos já aprovados em concurso público. Isto é fundamental para pensarmos em avançar no status sanitário.

As aquisições de mais de 200 veículos e mais de 350 computadores já estão em fase final e foram viabilizadas com recursos provenientes de convênio celebrado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além disto, é fundamental o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária – CSAs, en-

volvendo todo o setor produtivo e agro-industrial organizado em conjunto com os órgãos públicos. Junto com a área oficial, o setor produtivo tem que ser muito proativo em apoiar a defesa agropecuária.

Há muito trabalho a ser concluído antes de sermos uma área livre sem vacinação.

A SEAB trabalha com alguma data para obter esse status?

Estamos trabalhando de forma conjunta com o Ministério da Agricultura e também com outros Estados, em face da interface econômica. Pensamos que um prazo entre 3 a 5 anos



para o reconhecimento internacional é um prazo inicial, que poderá ser reduzido.

Sem vacinação, os nossos rebanhos não vão ficar mais vulneráveis à doença ?

A vacinação é uma ferramenta extremamente importante para a prevenção e foi fundamental para a eliminação da doença e, portanto, para atingirmos a atual condição sanitária. Hoje, o Paraná e a maior parte do Brasil são uma área livre de febre aftosa, ou seja, uma área onde não ocorre a doença e onde estudos comprovaram a ausência do vírus da febre aftosa. Manter indefinidamente a vacinação é gerar dúvidas sobre esta condição

“Manter indefinidamente a vacinação é gerar dúvidas sobre esta condição de área livre. Afinal, se somos livre do vírus, por que continuar vacinando?”

de área livre. Afinal, se somos livre do vírus, por que continuar vacinando? Esse questionamento é feito por países importadores de carne e impede o acesso a importantes mercados já que há países que somente compram carne bovina in natura de países livres de febre aftosa sem vacinação. Ser Área Livre Com Vacinação deve ser uma fase temporária para quem busca a erradicação. Para retirarmos a vacinação, outras ações fundamentais têm que ser reforçadas como a vigilância epidemiológica e o controle da movimentação de animais, além da capacidade de intervir rapidamente em emergências sanitárias. O Paraná, além de ser área livre, está circundado por estados vizinhos também livres de febre aftosa, o que diminui em muito o risco de introdução do vírus. Todos esses fatores devem ser considerados para a suspensão da vacinação.

E se ocorrer um foco de febre aftosa, que cenário o senhor imagina?

Não existe risco zero em sanidade agropecuária. Nenhum País ou área está livre de ter um foco de febre aftosa. A febre aftosa pode voltar numa área livre com vacinação ou sem vacinação. O que tem de ser feito está no Código para Animais Terrestres da Organização Mundial de Saúde Animal - OIE, que é de conhecimento de todas as autoridades sanitárias, entidades ligadas ao setor e também dos produtores, ou seja, o saneamento do foco com sacrifício sanitário, para voltar rapidamente aos mercados.

Por que nesta campanha de vacinação contra a febre aftosa (mês de maio) só será preciso imunizar animais com idade de até 24 meses? E por que na vacinação seguinte, em novembro, volta a vacinação para todas as idades?

No Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) do MAPA estão previstas várias estratégias de vacinação. Uma estratégia é a vacinação semestral de 100 % dos animais, que vínhamos adotando. Outra estratégia, que passamos a adotar este ano, é realizar a vacina-

ção semestral dos animais até 24 meses e vacinação anual dos animais com mais de 24 meses. Para viabilizar essa estratégia, os animais até 24 meses serão vacinados em maio e novembro. E os bovinos e bubalinos com mais de 24 meses serão vacinados somente em novembro, ou seja, uma vez ao ano. Isso não compromete a imunização do rebanho, uma vez que a vacinação contra febre aftosa confere imunidade por um ano para ani-

mais que já receberam duas ou mais vacinações, que é o caso dos que têm mais de dois anos de idade. Conforme as normas do PNEFA, esta estratégia de vacinação poderá ser adotada em estados onde o cadastro de propriedades rurais esteja consolidado e com realização de vacinação semestral por pelo menos dois anos consecutivos, observando-se índices globais de vacinação superiores a 80%. O Paraná atende esses requisitos, já que vem atin-

gindo nos últimos anos excelentes índices de vacinação, sempre superiores a 95 % de animais vacinados.

O que a defesa agropecuária espera do setor produtivo do Paraná?

Que o setor produtivo apoie definitivamente a defesa agropecuária, cobre resultados e esteja atento para que interferências políticas não atrapalhem a sanidade agropecuária do Paraná.

FORTEALECIMENTO

Conselhos de Sanidade Agropecuária avançam pelo estado

O projeto de Fortalecimento dos Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs) inicia no próximo dia 19 de maio os trabalhos nas duas regionais da Secretaria da Agricultura da região oeste, Cascavel e Toledo (vide cronograma abaixo)

Este projeto que iniciou-se na região Sudoeste do Paraná – Pato Branco e Francisco Beltrão em novembro passado e estendeu seus trabalhos na região noroeste do estado – Paranaíba e Umuarama, já promoveu quase duas centenas de Seminários de Sensibilização Local e de Seminários de Planejamento Sanitário em mais de cem municípios do Paraná.

Agora é a vez da região Oeste,

inicialmente o Projeto prevê as reuniões de Sensibilização Local que ocorre em cada um dos municípios da região, com o objetivo de mostrar para a comunidade a importância e a necessidade da formação do Conselho. Algumas semanas depois é realizado o Seminário de Planejamento Sanitário dirigido aos conselheiros onde o conselho discute os problemas locais e elabora um plano de ação para orientar suas atividades futuras. Nesta mesma ocasião é organizada uma cerimônia de posse do referido conselho com a participação das autoridades locais.

Este projeto, que é coordenado pelo Sistema FAEP//SENAR em parceria

com SEAB e Emater, visa instituir os Conselhos em todos os municípios do Paraná. Mais do que isto, visa fortalecer o sistema de defesa do estado através de maior participação do setor produtivo. A importância do agronegócio para o Estado do Paraná exige que o sistema de defesa agropecuária seja composto por todos os segmentos das cadeias produtivas do Estado e por todos os níveis da administração pública. Ênfase especial está se dando neste projeto quanto a participação dos municípios, que através das secretarias e departamentos de agricultura, têm um papel fundamental na transferência de informações e nas ações primárias de defesa agropecuária.

Este projeto, que é coordenado pelo Sistema FAEP/SENAR em parceria com SEAB e Emater, visa instituir os Conselhos em todos os municípios do Paraná

CRONOGRAMA DE REUNIÕES DE SENSIBILIZAÇÃO LOCAL - FASE I - CSA

Dia	Cascavel		Toledo	
19/mai	Nova Aurora	Anahy	Toledo	Tupãssi
20/mai	Cafelândia	Corbélia	São Pedro	Ouro Verde
21/mai	Iguatu	Braganey	São José das Palmeiras	Santa Helena
26/mai	Catanduvas	Ibema	Pato Bragado	Entre Rios do Oeste
27/mai	Campo Bonito	Três Barras do PR	Mal Cândido Rondon	Mercedes
28/mai	Cascavel	Sta. Tereza do Oeste	Quatro Pontes	Nova Santa Rosa
29/mai			Assis Chateaubriand	Iracema do Oeste
02/jun	Lindoeste	Capitão L. Marques	Guaíra	Terra Roxa
03/jun	Santa Lúcia	Boa vista da Aparecida	Palotina	Maripá
04/jun	Céu Azul	Vera Cruz do Oeste	Jesuítas	Formosa do Oeste
09/jun	Matelândia	Ramilândia		
10/jun	Missal	Diamante do Oeste		
16/jun	Medianeira	Serranópolis do Iguaçu		
17/jun	São Miguel do Iguaçu	Itaipulândia		
18/jun	Foz do Iguaçu	Sta. Terezinha de Itaipu		

PREVISÃO

Mundo deve produzir 29 milhões a mais de toneladas de soja



O Planeta deve produzir 28,93 milhões de toneladas a mais de soja na safra 2009/10. É o que aponta o relatório de maio do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), divulgado nesta terça-feira (12).

Com isso, a produção mundial do grão deverá chegar a 241,72 milhões de toneladas. Na safra 2008/09, foi de 212,79 milhões. Uma retração próxima de seis milhões de toneladas, comparado ao volume divulgado no relatório de abril, que foi de 218,76 milhões de toneladas.

Quanto aos estoques finais, a projeção é de 51,88 milhões de toneladas.

Estados Unidos – Na safra 2009/10, os Estados Unidos devem produzir 86,95 milhões de toneladas de soja e exportações devem somar 34,29 milhões de toneladas do grão. Os estoques finais estão projetados em 6,26 milhões de toneladas.

Brasil e Argentina – Respectivamente, os dois países da América do Sul devem produzir 60 milhões

e 51 milhões de toneladas de soja.

China – Considerado o mais importante mercado consumidor, a China tem necessidade de importar 38 milhões de toneladas na 2009/10.

Safra 2008/09 – Em relação à safra atual, o Usda manteve inalterada a produção americana de soja

Com isso, a produção mundial do grão deverá chegar a 241,72 milhões de toneladas. Na safra 2008/09, foi de 212,79 milhões

Milho deve chegar a 785 milhões de toneladas



Na safra 2009/10, a produção mundial de milho deve ser de 785,14 milhões de toneladas. Segundo o

em 80,54 milhões de toneladas. Os estoques dos Estados Unidos passaram de 4,48 milhões para 3,53 milhões de toneladas. Esse estoque menor é resultado da revisão das exportações americanas. Elas passaram de 32,93 milhões para 33,75 milhões de toneladas.

Em relação ao Brasil, o Usda ratificou a produção estimada em abril de 57 milhões de toneladas.

Para a Argentina o Usda promoveu um corte na produção. Assim, a produção foi reavaliada para 34,00 milhões de toneladas. Ou seja, uma redução de cinco milhões de toneladas. Isto é resultado da estiagem prolongada que comprometeu a produção do grão naquele país.

relatório do Usda, o consumo mundial para a temporada é de 796,52 milhões de toneladas.

Quanto aos estoques finais, as estimativas apontam um volume de 128,19 milhões de toneladas. A relação estoque final/consumo mundial é de 16 %.

Estados Unidos - Apesar das expectativas do mercado quanto a números menores, a produção americana de milho deve ser de 307,10 milhões de toneladas. Com isso, mantém-se estável a produção em relação à safra 2008/09, que foi de 307,10 milhões de toneladas.

O consumo final previsto é de 270,78 milhões de toneladas. Já o estoque final dos Estados Unidos é de 29,09 milhões de toneladas. E as exportações devem somar 48 milhões de toneladas.

Previsão para o trigo é de diminuição em 25 milhões de toneladas



Em relação ao trigo, o relatório de maio do Usda aponta uma produção mundial de 657,62 milhões de toneladas. Ou seja, 25,06 milhões de toneladas a menos que na safra 2008/09, quando foram colhidas 682,68 milhões de toneladas do cereal.

Essa redução é resultado de uma menor produção de trigo em importantes regiões produtoras, como União Européia, ex- União Soviética, Estados Unidos, Índia, Canadá e Austrália.

O consumo mundial de trigo foi

Outros produtores – Considerada a segunda maior produtora mundial de milho, a China deve produzir 162,50 milhões de toneladas. Já a produção da União Europeia (UE) deve chegar a 56,90 milhões de toneladas.

Em relação ao Brasil, o Usda projeta uma produção de 54 milhões de toneladas. Com isso, o país passa para a posição de quarto maior produtor mundial de milho. Já as exportações brasileiras de milho devem somar 10 milhões de toneladas.

Quanto à Argentina, o relatório aponta uma produção de 15 milhões de toneladas e exportações de nove milhões de toneladas.

projetado em 642,77 milhões de toneladas. Já os estoques finais estão projetados em 181,90 milhões de toneladas. Com isso, a relação consumo mundial/estoque final é de 28,2%.

A produção de trigo dos Estados Unidos está estimada em 55,14 milhões de toneladas. O consumo está previsto em 34,65 milhões de toneladas. As exportações devem chegar 24,49 milhões de toneladas. O estoque final projetado é de 17,35 milhões de toneladas.

APAE BANDEIRANTES

Sindicato promove curso de artesanato em palha

Alunos da Escola Pequeno Príncipe da APAE Bandeirantes participaram do Curso de confecção de bonecos com fibras vegetais (artesanato em palha de milho).

No curso, criado especialmente para atender alunos com necessidades educativas especiais, são ensinadas técnicas de identificação do material do curso: tingimento das fibras; técnica de confecção da cabeça e braços; confecção das pernas; confecção dos acessórios; técnica de pintura dos rostos dos bonecos.

No decorrer do curso os alunos são motivados a verificar a condição do material coletado para elaboração de diversos tipos de bonecas; fazem a coleta de material; realizam exposição dinamizada. No decorrer do curso são feitos questionamentos verbais, e são observados o desempenho dos participantes durante a execução das práticas.

Os alunos da APAE foram orientados pela instrutora Antonia Silvana, do SENAR-PR, que ao comentar a importância do curso para os alunos da APAE, afirma que “é importante, pois mostra à população que eles são capazes, além de oferecer mais uma opção de renda para a escola, assim como para as famílias dos alunos”.



JAA

Maracujá como alternativa de renda

Os jovens de Doutor Camargo já sabem dos tratos e cuidados que a produção de maracujá necessita. Depois da aula que enfocou botânica e fisiologia da planta, tratos culturais, polinização, espaçamento, condução e podas, eles visitaram uma propriedade que produz a fruta. “Foi possível visualizar as principais doenças do maracujazeiro, foi visualizado o penteamento, que é um trato cultural importante, que melhora a aeração da planta e facilita a aplicação de defensivos agrícolas e a colheita dos frutos.

Também foi demonstrado a polinização do maracujá”, explica a instrutora do SENAR-PR, Patrícia Pimentel, que acredita que a cultura pode ser mais uma alternativa de renda na propriedade dos jovens.



Fundepec-PR: SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO EM 30/04/2009

Contas / Itens	Receitas em R\$				Despesas em R\$			Saldo R\$
	Repassse SEAB		Restituição de Indeni- zações	Rendi- mentos	Transfe- rências	Indeni- zações	Financ / Bancárias	
	1º ao 11º	12º						
Taxa Cadastro e Serviços da D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	** 542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00	-	12.680.516,14	-	2.341.952,64	-	19.319.623,40
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00	-	1.377.499,85	-	141.274,87	-	4.796.362,00
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00	-	1.387.226,64	-	-	-	2.869.184,79
Setor Equídeos	38.585,00	15.000,00	-	62.052,18	-	-	-	115.637,18
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	6.248,94	-	-	-	12.087,55
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00	-	75.698,08	-	-	-	112.800,49
Pgto.Indenização Sacrificio Animais *	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrificio Animais *	-	-	* 141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	15.727.922,92	** 542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	27.148.127,98
Saldo Líquido Total								27.148.127,98

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º Repasse 14/12/2000 R\$ 500.000,00 - 2º Repasse 23/07/2001 R\$ 2.000.000,00 - 3º Repasse 04/09/2001 R\$ 380.000,00 - 4º Repasse 28/12/2001 R\$ 2.120.000,00 - 5º Repasse 21/05/2002 R\$ 710.000,00 - 6º Repasse 26/07/2002 R\$ 2.000.000,00 - 7º Repasse 16/12/2002 R\$ 2.167.000,00 - 8º Repasse - 30/12/2002 R\$ 204.000,00 - 9º Repasse - 08/08/2003 R\$ 600.000,00 - 10º Repasse - 08/01/2004 R\$ 400.000,00 - 11º Repasse - 30/12/2004 R\$ 1.300.000,00 - 12º Repasse - 01/12/2005 R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos (**)

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassse mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB / DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA ao setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora - CO PR-045388/O-9

FUNDEPEC-PR - Entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

JURÍDICO

Djalma Sigwalt

Djalma Sigwalt é advogado - djalma.sigwalt@uol.com.br

Propriedade e cidadania

A organização institucional brasileira se fundamenta nos princípios jurídicos existentes na Constituição Federal. A Carta de 1988 tem feição democrática e republicana, portanto, define o estado democrático de direito, conforme explicita em sua introdução, bem como, ao longo de seu texto. Um dos pilares clássicos das democracias é o respeito ao direito de propriedade. Não apenas a liberdade política, o pluralismo partidário, os valores sociais implicam em estado democrático. A livre iniciativa e a garantia da propriedade são apanágios evidentes. A par disso, os valores sociais do trabalho. Somados e acatados estipulam a verdadeira cidadania. Os primados constitucionais têm que ser assegurados aos brasileiros. Para isso o texto da Carta, em várias oportunidades, no que concerne à propriedade e sua garantia aponta formas de proteção. Portanto, o dispositivo não se constitui em apenas intenção genérica, mas sim, providência efetiva.

Mas, para que o instituto constitucional da propriedade tenha eficácia completa, torna-se exigível a existência de prerrogativas de proteção. As exceções à plenitude da propriedade contidas na própria Constituição, no pertinente ao atendimento à função social, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou perigo público iminente, esgotam e exaurem o tema. A Constituição não prevê outras hipóteses. Fora daí surge apenas o respeito à propriedade seja ela de que natureza for. Não importa se mobiliária ou imobiliária. Decorre daí a obrigação do Poder Público em zelar pela incolumidade da propriedade. Trata-se de um corolário do direito constitucional

do patrimônio, seja público ou privado. Essa obrigação se encontra enunciada de forma clara e concisa no Título II, ao preceituar sobre os direitos e garantias fundamentais, porquanto "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...". Desse modo, ao lado da segurança e dos demais direitos fundamentais, consta o direito de propriedade. O texto preceitua "garantias" àqueles direitos arrolados, esta a ser exercida precipuamente pelo Poder Público.

Na esteira surge o artigo 144, o qual estatui que "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:" O leque de proteção constitucional é amplo, visto relacionar a garantia da incolumidade pessoal e do patrimônio, seja ele móvel ou imóvel, ou de qualquer ordem. Não distingue o texto constitucional entre os bens que guardam o imóvel e este, ou as pessoas. Todos deverão ser alcançados pela segurança. A lei maior preceitua que é "dever do Estado". Ao lado disso, estatui ser direito de todos. Assim, é preciso que se dê efetividade à preservação do direito real de propriedade. As determinantes institucionais básicas e fundamentais não podem se constituir em simples intenção legislativa teórica. Torna-se necessário estabelecer a correlação entre a proteção efetiva e o direito constitucional, pois somente assim atinge-se a almejada plena cidadania.



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2169-7988 Fax: 41 3323-2124

email: faep@faep.com.br - site: www.faep.com.br

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Polo

Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin

Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarosa

Luiz de Oliveira Netto

Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,

Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana



PARANÁ

SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar

Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

Fone: 41 2106-0401 - Fax: 41 3323-1779

e-mail: senarpr@senarpr.org.br

site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP

Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC

Darci Piana - FECOMÉRCIO

Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal - Membros Efetivos

Francisco Carlos do Nascimento - FAEP

Jairo Correa de Almeida - FETAEP

Luiz de Oliveira Netto - SENAR AC

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM

Informativo

Jornalista responsável:

Paulo R. Domingues (DRT-PR 1512)

André Franco (redator)

Marcos Tosi (redator)

imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas

Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DO PARANÁ

RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - TRT-PR-00306-2008-073-09-00-2

RECORRENTES: CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ

RECORRIDO: I. P.

RELATOR: CÉLIO HORST WALDRAFF

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**, provenientes da **MM. VARA DO TRABALHO DE IVAIPORÃ - PR**, em que é recorrentes **CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL - CNA, FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP e SINDICATO RURAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ** e recorrido **I. P.**

I. RELATÓRIO

Inconformado com a r. sentença de fls. 238/242, proferida pela Juíza do Trabalho **Ana Claudia Ribas**, que acolheu parcialmente os pedidos elencados na inicial, recorre o autor.

O autor Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, em razões de fls. 247 pugna pela reforma do julgado no que se refere a a) multa do artigo 600 da CLT; e b) comprovação de repasse à união federal.

Custas à fl. 258.

Apesar de devidamente intimado, o réu I. P. não apresentou contra-razões.

II. FUNDAMENTAÇÃO

1. ADMISSIBILIDADE

Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade, CONHEÇO do recurso em cobrança de contribuição sindical.

2. MÉRITO

1. MULTA DO ARTIGO 600 DA CLT

Pretende os recorrente a aplicação da multa prevista no artigo 600 da CLT.

Com parcial razão.

Quanto à multa do art. 600 da CLT, este colegiado entende que a mesma não foi revogada, mas não deve ultrapassar o valor do prejuízo, em aplicação analógica ao art. 412 do Código Civil (o que se coaduna ao entendimento da OJ 54 da SBDI-1 do C.TST), enquanto são inaplicáveis as sanções do art. 2º da Lei 8.022/1990, cujo destinatário é o Estado.

O artigo 600 da CLT impõe penalidade, devendo ser interpretado restritivamente, não sendo possível a sua aplicação analógica.

Logo, com relação à regra contida no art. 600 da CLT, aplicável a multa de 10% (dez por cento), com adicional de 2% (dois por cento) por mês de atraso, contida no caput. Todavia, conforme já decidiu esta E. 1ª Turma nos autos de RCCS 79035-2006-659-09-00-9 (julgamento em 14.08.07), por ser a multa progressiva uma penalidade manifestamente excessiva, ela deve ser limitada ao valor de 100% do principal, ante a vedação, considerada por analogia, do art. 412, do CCB:

"Art. 412. O valor da cominação imposta na cláusula penal não pode exceder o da obrigação principal".

Deste modo, provejo parcialmente o apelo para determinar a incidência da multa do artigo 600 da CLT, limitado ao valor de 100% do principal.

2. COMPROVAÇÃO DE REPASSE À UNIÃO FEDERAL

Quando da condenação ao pagamento das contribuições sindicais o juízo de primeiro grau, em relação ao percentual de 20%, que são devidos ao Ministério do Trabalho e Emprego, determinou que os autores comprovassem, oportunamente, o repasse de tal percentual à União.

Asseveram os recorrente que tal medida é desnecessária, tendo em vista que o próprio Ministério do Trabalho e Emprego fiscaliza esse repasse em conjunto com o Tribunal de Conta da União.

Entendo que merece reforma a decisão.

Não vislumbro necessidade de comprovação nos autos do percentual de 20% devido à União. É que a própria União Federal tem instrumentos e órgãos suficientes para controlar este repasse, sendo desnecessário que o Judiciário também tenha essa cautela para com o executivo.

A cota parte de 20% que cabe ao MTE é depositada pela Confederação arrecadadora na Conta única do Tesouro Nacional, no Banco do Brasil, e posteriormente repassada ao FAT.

A aplicação da cota-parte da contribuição que cabe ao MTE está sujeita à fiscalização do Conselho Deliberativo do FAT, ao qual o MTE deve apresentar relatório circunstanciado (artigo 4º, § único da Lei 9322/96. O CODEFAT tem, entre outras competências, a de deliberar sobre as prestações de contas e relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT, analisar relatórios do agente aplicador quanto a forma, prazo e natureza dos investimentos realizados e fiscalizar a administração do Fundo. Por sua vez, os gastos do MTE estão sujeitos ao controle interno de que cogita o artigo 74 da Constituição da República, bem como ao controle externo exercido pelo TCU.

Desse modo, provejo o apelo para liberar os recorrentes da comprovação do repasse da cota-parte do MTE.

III. CONCLUSÃO

Pelo que,

ACORDAM os Juízes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região,

por unanimidade de votos, **CONHECER DO RECURSO EM COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**. No mérito, sem divergência de votos, **DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL** para determinar a incidência da multa do artigo 600 da CLT, limitado ao valor de 100% do principal, bem como liberar os recorrentes da comprovação do repasse da cota-parte do MTE.

Custas na forma da lei.

Intimem-se.

Curitiba, 17 de março de 2009.

CÉLIO HORST WALDRAFF
RELATOR

PREVIDÊNCIA**João Cândido de Oliveira Neto**

Consultor de Previdência Social da FAEP

Construção civil - regularização de obra

O produtor rural quando executa obras de construção em sua propriedade, tem obrigações para com a previdência social. Portanto vamos aqui informar estas obrigações.

Obra de construção civil é a construção propriamente dita como a demolição, a reforma, a ampliação de edificação ou qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou ao subsolo.

São responsáveis pelas obrigações previdenciárias decorrentes de execução de obra de construção civil, o proprietário do imóvel, o dono da obra, o incorporador, o condômino da unidade imobiliária não incorporada na forma da Lei nº. 4.591/1964, e a empresa construtora. O responsável pela obra de construção civil, pessoa jurídica, está obrigado a efetuar escrituração contábil relativa à obra.

A pessoa física, dona da obra ou executora da obra de construção civil é responsável pelo pagamento de contribuições em relação à remuneração paga, devida ou creditada aos segurados do INSS que lhes prestam serviços na obra, na mesma forma e prazos aplicados às empresas em geral.

O responsável por obra de construção civil, em relação à mão-de-obra diretamente por ele contratada, está obrigado ao cumprimento das obrigações acessórias, quanto a inscrever no INSS os segurados empregados e os trabalhadores avulsos a seu serviço. Também matricular-se no CEI – Cadastro Específico do INSS, dentro do prazo de trinta dias contados da data do início de suas ati-

vidades, quando não inscrito no CNPJ, como também matricular, também no CEI, a obra de construção civil executada sob sua responsabilidade.

Para a regularização da obra, o proprietário, o dono da obra, deverá apresentar em qualquer Unidade de Atendimento da Receita Federal do Brasil da região de localização da construção, a Declaração de Informação s/Obra (DISO), conforme modelo previsto no Anexo XI da Instrução Normativa nº. 3, de 14/07/2005, disponível na página da FAEP na internet, devidamente preenchida e assinada pelo responsável pela obra ou seu representante legal; alvará de concessão de licença para a construção ou projeto aprovado pela prefeitura municipal, este quando exigido pela prefeitura, e ainda o habite-se ou certidão.

Quando houver mão-de-obra própria, apresentar documento de arrecadação comprovando o recolhimento de contribuições sociais previdenciárias e das destinadas a outras entidades e fundos, com vinculação inequívoca à matrícula CEI da obra e, a partir de 1999, também a respectiva GFIP específica identificada. Quando não houver mão-de-obra própria, a GFIP com a declaração de ausência de fato gerador.

Para ocorrências até 1999, deverá ser apresentada a nota fiscal, a fatura ou o recibo de prestação de serviços emitido por empreiteira ou subempreiteira que tiverem sido contratadas, com vinculação inequívoca à obra, acompanhado da cópia do respec-

tivo documento de arrecadação com vinculação inequívoca à matrícula CEI.

A partir de 1999, a nota fiscal, a fatura ou o recibo de prestação de serviços emitidos por empreiteira ou subempreiteira que tiverem sido contratadas, com o destaque da retenção de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal, fatura ou recibo de prestação de serviço e, também, a partir de 1º de outubro de 2002, a GFIP específica para o tomador.

A partir de março de 2000, a nota fiscal ou a fatura relativa aos serviços prestados por cooperados intermediados por cooperativa de trabalho, que, de forma inequívoca, esteja vinculada à obra e a GFIP do responsável pela obra para o tomador matricula CEI da referida obra, na qual foi declarado o valor pago à cooperativa de trabalho.

Para a regularização de obra em nome de menor de idade, deverá ser apresentada Certidão de Nascimento e documento de identidade do declarante (pai ou mãe).

Quando se tratar de regularização de obra rural (fora do perímetro urbano) deverá ser apresentado projeto arquitetônico ou laudo técnico, ambos acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica, em que comprove a execução e especifique os dados necessários ao enquadramento, além de documento de identificação, CPF e comprovante de residência.

Para a regularização de obra em nome de menor de idade, deverá ser apresentada Certidão de Nascimento e documento de identidade do declarante (pai ou mãe).

MOBILIZAÇÃO

Sindicato de Ubiratã promove Curso Mulher Atual

O Sindicato Rural de Ubiratã realizou dia 8 em sua sede o 1º Encontro Mulher Atual com mulheres de agricultores líderes de secretarias, associações, pastorais e comunidades rurais.

Mulher Atual é mais um dos cursos disponibilizado pelo SENAR-PR para mulheres que pretendem a cada passo lutar e ocupar cada vez mais o seu espaço na sociedade.

O curso foi ministrado pela instrutora Nelcy de Freitas Carneiro, de Campo Mourão. Segundo ela o curso novo que o SENAR-PR está oferecendo tem como objetivo despertar interesse e competências para novas áreas por meio de percepção e compreensão das potencialidades femininas, visando novos desafios pessoais, familiares e profissionais. E com isso, mostrar melhores caminhos para as maiores conquistas nas áreas do desenvolvimento humano, social e econômico.

Tempo integral

O curso será realizado todas as sextas-feiras até dia 10 de julho em tempo integral com atividades divididas em quatro módulos. No 1º módulo o assunto tratado foi aspectos profissionais. No 2º, aspectos culturais; o 3º aspectos sociais, sendo que o 4º abordará aspectos emocionais.

Para a realização dos cursos do SENAR-PR o Sindicato obtém parcerias com cooperativas, empresas, secretarias da prefeitura, comunidades rurais, Agência dos trabalhadores e Sindicato dos trabalhadores rurais.



O curso será realizado todas as sextas-feiras até dia 10 de julho em tempo integral com atividades divididas em quatro módulos



Deu na imprensa



Perdigão + Sadia

A Perdigão têm provocado solavancos no mercado a cada pronunciamento ou sinal de que as discussões levarão ou não a um acordo com a Sadia. Até o momento, nada de concreto foi anunciado, mas uma coisa já parece assimilada: juntas, as duas empresas criariam um gigante de porte global e dominariam mais de 50% de diversos segmentos do mercado brasileiro de alimentos. A fusão Sadia-Perdigão poderia dar origem à maior processadora de carne de frango do mundo em faturamento, segundo levantamento da consultoria Econômica. Somando os resultados das duas empresas em 12 meses até setembro de 2008, a receita líquida de ambas ficaria próxima a 10,7 bilhões de dólares, quantia acima dos 8,52 bilhões de dólares contabilizados pela líder mundial no segmento de aves, a Pilgrim's Pride.

(Fonte: Portal da revista Exame)

Isenção aos Frigoríficos

O governo pode anunciar em breve a isenção de PIS/COFINS sobre as vendas dos frigoríficos de carne para o mercado interno. Tais impostos aumentam atualmente o valor do boi gordo em 4,5% e a medida beneficiaria as companhias do setor, segundo avaliação de analistas. Caso seja aprovada, a medida deve acelerar as vendas de carne bovina e favorecer as empresas no setor, que vêm trabalhando com vendas fracas e margens baixas", afirmou a coetora SLW. A corretora ressaltou ainda que foi aprovada pelo governo uma linha de 10 bilhões de reais a um custo baixo (11,25% ao ano) através do BNDES, a fim de financiar o capital de giro das empresas do setor que estão em dificuldades.

(Das Agências)

Só promessa

Dos 17 portos incluídos no Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, lançado em 2007, só 2 estão recebendo obras e, nos próximos dias, serão anunciados os vencedores da licitação para a dragagem de mais 3, inclusive o de Santos. O ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, não economiza adjetivos para se referir ao programa e garante que, com as dragagens previstas, 2009 será "um marco decisivo", que vai separar o presente do futuro dos portos. Mas, até agora, o programa continua sendo apenas uma boa promessa.

(O Estado de São Paulo)

O dono do dinheiro

Dono de uma fatia de 62% do crédito rural concedido no país, o Banco Brasil (BB) entrará na próxima safra, que começa em julho, com a meta de elevar em 30% os empréstimos ao setor. Nos planos do banco, até agora "muito concentrado" em financiamentos a produtores de soja e milho, estão a "diversificação" de sua carteira de crédito rural e o aumento da base de clientes. Até abril, o BB emprestou R\$ 25 bilhões ao setor.

(Valor Econômico)

Leite: Brasil na "FIL"

O Brasil tornou-se membro, no dia 5, da Federação Internacional de Laticínios (FIL). A filiação, que é uma iniciativa da Embrapa Gado de Leite, ocorreu na sede do Conselho Nacional da Indústria de Laticínios, em São Paulo (SP), com a presença do diretor da FIL, Christian Robert, além de representantes do Ministério da Agricultura, da CNA e da indústria láctea brasileira. A iniciativa, segundo o chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Duarte Vilela, é importante passo para o setor, pois fortalece toda a cadeia produtiva nacional, possibilitando que o Brasil defenda suas indústrias e os produtores de leite, marcando suas posições no exterior.

(Suplemento Agrícola – O Estado de São Paulo)

O Consumo de Água

"Estudos internacionais demonstram que a produção vegetal que mais consome água é o arroz, seguido do trigo. O milho ocupa a terceira posição, consumindo 900 L/kg de grão. No caso da pecuária os maiores consumidores são os bovinos de corte, sendo necessários 15.500 L/kg de carne. A carne suína consome 4.800 L/kg de carne e a de frango 3.900 L/kg de carne".

(Julio Cesar Pascale Palhares, Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves)

Genoma da Soja

Cientistas de um consórcio internacional de pesquisa, do qual o Brasil faz parte, divulgaram recentemente um primeiro rascunho do sequenciamento do genoma da soja. Ainda faltam algumas lacunas no DNA a serem desvendadas, mas a sequência dos 20 cromossomos que formam o genoma, ou seja, a ordem das bases nitrogenadas GCTA em cada cromossomo, está pronta.

De acordo com os pesquisadores, é difícil prever em quanto tempo a tecnologia vai chegar a campo. Para se ter ideia, para desenvolver um cultivar geneticamente melhorado é preciso pelo menos dez anos de pesquisa. Mas já se pode sonhar com um futuro em que o produtor de soja escolherá que soja plantar.

(Das Agências de Notícias)

De Olho na Poupança

Pela primeira vez desde os anos 1990, o governo propôs a tributação dos rendimentos da caderneta de poupança pelo Imposto de Renda. A medida depende de aprovação do Congresso. Contas com mais de R\$ 50 mil pagarão IR a partir de 2010; perda de rendimento pode chegar a quase 2 pontos percentuais

Já fundos de investimento pagarão menos IR neste ano; medidas visam conter fuga dos fundos para a poupança devido aos juros menores.

(Dos Jornais)



Fale conosco

Os técnicos do Sistema Faep recebem dezenas de indagações sobre os vários segmentos da agropecuária por telefone, e-mails e pelo link "fale conosco" do site www.faep.com.br. Complementado esse serviços de informações, eles responderão através desta página questões que mais interessam a grupos de produtores rurais. Se você tem eventuais dúvidas, poderá, além do site, acessar os endereços eletrônicos deles (abaixo de cada resposta), telefonar (41 2169 7988) ou enviar correspondência (R. Mal. Deodoro, 450 – 14º and – CEP 80010-010 – A/C da Comunicação Social

O Feijão Nosso...

1 - Como está o desempenho do feijão paranaense?
(produtor da Lapa)

R. Em abril de 2009, a produção do feijão paranaense somou 802.286 toneladas de grãos, o que representa crescimento de 4% em relação à safra de 2008 (771.291 toneladas). Com isto, a contribuição do Paraná é de 21% para o total da produção nacional da leguminosa (3.821.157 toneladas). A área plantada no estado foi expandida em quase 24%, totalizando 624.253 ha (contra 504.420 ha no ano passado). Quanto ao rendimento médio, o desempenho do Paraná permanece superior ao nacional para o feijão de 1ª e de 2ª safras, conforme dados da tabela abaixo. Contudo, na comparação com a safra de 2008, o feijão paranaense de 1ª safra registra queda expressiva no rendimento médio (de 35,6%) devido à estiagem. É bom destacar que, segundo dados da Seab/Deral, em fevereiro de 2009 a produtividade do feijão de 1ª safra foi de 28 sacos/ha, contra 35 sacos/ha para o feijão de 2ª safra, com custos de produção respectivos de R\$2.529,35/ha e de R\$2.491,94/ha.

Cultura do Feijão - Rendimento Médio (kg/ha) - ABRIL 2009

	Safra de 2009		Safra de 2008		Variação %	
	1ª Safra	2ª Safra	1ª Safra	2ª Safra	1ª Safra	2ª Safra
Brasil	794	1.003	792	923	0,3	8,7
Paraná	999	1.716	1.551	1.617	-35,6	6,1

Fonte: IBGE.

(Luciene Pires Teixeira é economista do Sistema Faep – luciene.teixeira@faep.com.br)

Conseboi?

2 - Qual a possibilidade de, a exemplo do que ocorre na área da cana de açúcar e leite, se estabelecer um conselho relacionado à pecuária? (pecuarista de Paranavaí)

R. Os conselhos nessas duas áreas resultaram na solução de impasses que poderiam afetar tanto a indústria quanto os produtores. Por isso, creio que o exemplo poderia ser seguido na pecuária bovina de corte. O panorama atual exige elos que não tem diálogos sobre problemas e necessidades dessa cadeia produtiva. Se resolvessem sentar à mesa, certamente nenhum dos lados sairia perdendo. É bom lembrar que o Conseleite foi criado no Paraná, depois no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os argentinos estão vindo aí para seguir esse modelo. (Fabrício Monteiro é engenheiro-agrônomo do Sistema FAEP – fabricao.monteiro@faep.com.br)

Novidades do Proagro

3 - Soube de reformulação ocorridas no Proagro. Gostaria de saber quais são essas novidades? (Agricultor de Guarapuava)

R. O CMN aprovou a ampliação da cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Pela decisão, o limite de R\$ 150 mil que era por produtor passa a levar em consideração as safras com períodos de exploração não coincidentes, como as safras de verão, de inverno e safrinha.

Isso quer dizer, por exemplo, que um produtor pode planejar uma contratação do Proagro para safra de inverno, trigo, ainda na safra de verão, soja. Ambos com o limite máximo de R\$ 150mil cada, ou seja, o pedido da primeira não inviabiliza o da segunda. A medida visa garantir maior acesso do agricultor ao crédito rural e garantir mais condições de incremento na produção agrícola, bem como maior liberdade de administração.

Claudius Augustus Faggion Filho é engenheiro agrônomo do Sistema FAEP – claudius.augustus@faep.com.br

Importação de Leite

4 - O quê a FAEP está fazendo para impedir as importações de leite em pó da Argentina?

(pergunta de um produtor de leite da região dos Campos Gerais)
R. Não existe mecanismo para impedir importações. O que a CNA e a FAEP fizeram foi denunciar a situação, enviar ofício ao Ministro da Agricultura e a bancada ruralista no Congresso Nacional solicitando providências cabíveis.

A resposta oficial veio rápida através de reforço na fiscalização de origem, qualidade e destino do produto, reuniões entre governos brasileiro e argentino que já resultaram em compromisso de preço mínimo para as importações, fiscalização quanto a possível triangulação.

Já que não é possível proibir, a FAEP vale-se de sua condição de representante dos produtores para reivindicar os mecanismos legais que impeçam ou pelo menos diminuam os prejuízos ao setor. Maria Silvia C.Digiovani é engenheira agrônoma do Sistema Faep – silvia.digiovani@faep.com.br

Meio Ambiente

5 – Sou produtor rural de Giorê e fui multado pela Força Verde recebendo o auto da infração com o valor a pagar já estabelecido. Como devo agir?

R. O senhor deve proceder da seguinte forma nessa situação:

- Contado do dia da autuação, o senhor terá 20 dias de prazo para apresentar defesa, que será protocolada ao IAP. Esta defesa poderá ser escrita manualmente desde que fique de forma legível;
- O senhor será convocado para participar da Audiência do Colegiado e deverá apresentar sua defesa e munir-se de todas as provas possíveis;
- Quem definirá o valor da multa ou a forma de compensação do dano ambiental será o Colegiado. De acordo com a Cartilha de Fiscalização o Fiscal da Força Verde não determina mais o valor da multa, ele poderá colocar o valor mínimo e máximo previsto nos Decretos nº 6514/2008 e 6686/2008.

Obs. Para essas medidas é desnecessária a presença de um advogado. (Carla Beck é engenheira-agrônoma do Sistema FAEP – carla.beck@faep.com.br)

EMPREENDEDOR RURAL

Uma jóia lapidada no Empreendedor Rural



Maria Eurimar dos Santos

Maria Eurimar dos Santos, casada, 49 anos, mãe de três filhos e avó de cinco netos. Há sete anos saiu de Santa Izabel do Ivaí para ser reassentada no Assentamento Rural Sebastião Camargo Filho, do município de Marilena. Há um ano, com seis cabeças de gado em seus 17,6 hectares de terra, não imaginava o quanto poderia mudar sua visão e suas perspectivas do seu negócio. Até ficar sabendo, através de um vizinho, do Programa Empreendedor Rural. Sem muita pretensão antes do início das aulas, até que “o pensamento da gente foi se abrindo e aos poucos fui me encontrando”, lembra Eurimar.

Pequena produtora mostra que com bom planejamento é possível alcançar bons resultados

O que a produtora mais queria era aumentar a produção de leite no seu sítio. Mesmo sem ter um computador e nem concluindo o ensino médio, escreveu o seu projeto à mão. E seu projeto “Aumento de Leite” ficou em primeiro lugar no concurso estadual promovido pelo programa, classificando-se para disputar o prêmio nacional. E assim conquistou mais um troféu, agora na edição nacional do concurso.

A visão de empreendedorismo surgiu com o curso. “Hoje vemos a propriedade como uma empresa rural, a gente sobrevive daqui. Vemos o que é viável fazer ou não e todos os meus gastos são anotados. Antes era só terra para criar os animais”, explica Maria Eurimar.

A palavra que melhor define seu projeto, segundo a produtora, é sustentabilidade. “Estou tendo a visão de melhorias futuras, mas se a gente não colocar em prática não vai saber se vai dar certo” contou. Devido aos custos, a produtora está implantando suas idéias aos poucos em

sua propriedade. Já fez a reforma das pastagens e pretende ainda trocar as matrizes e fazer a irrigação, além de construir um novo barracão. Sua produção já aumentou de 20 litros para 40 litros de leite por dia, sua meta é produzir 500 litros por dia até 2013.

Empreendedor Rural

O concurso dos Melhores Projetos Programa Empreendedor Rural 2009 teve participação de 33 projetos de 20 estados. Os projetos foram avaliados em diversos critérios desde a engenharia do projeto, estudo de mercado, execução, organização entre outros. E o projeto de Maria Eurimar dos Santos, juntamente com mais dois projetos (um do Ceará e outro do Rio de Janeiro), foram os três melhores do concurso. A coordenadora de desenvolvimento e educação do SENAR, Patrícia Machado Gomes, disse que o nível dos trabalhos foi bastante alto e que a tendência do Empreendedor Rural é melhorar a cada concurso.



FERRUGEM ASIÁTICA

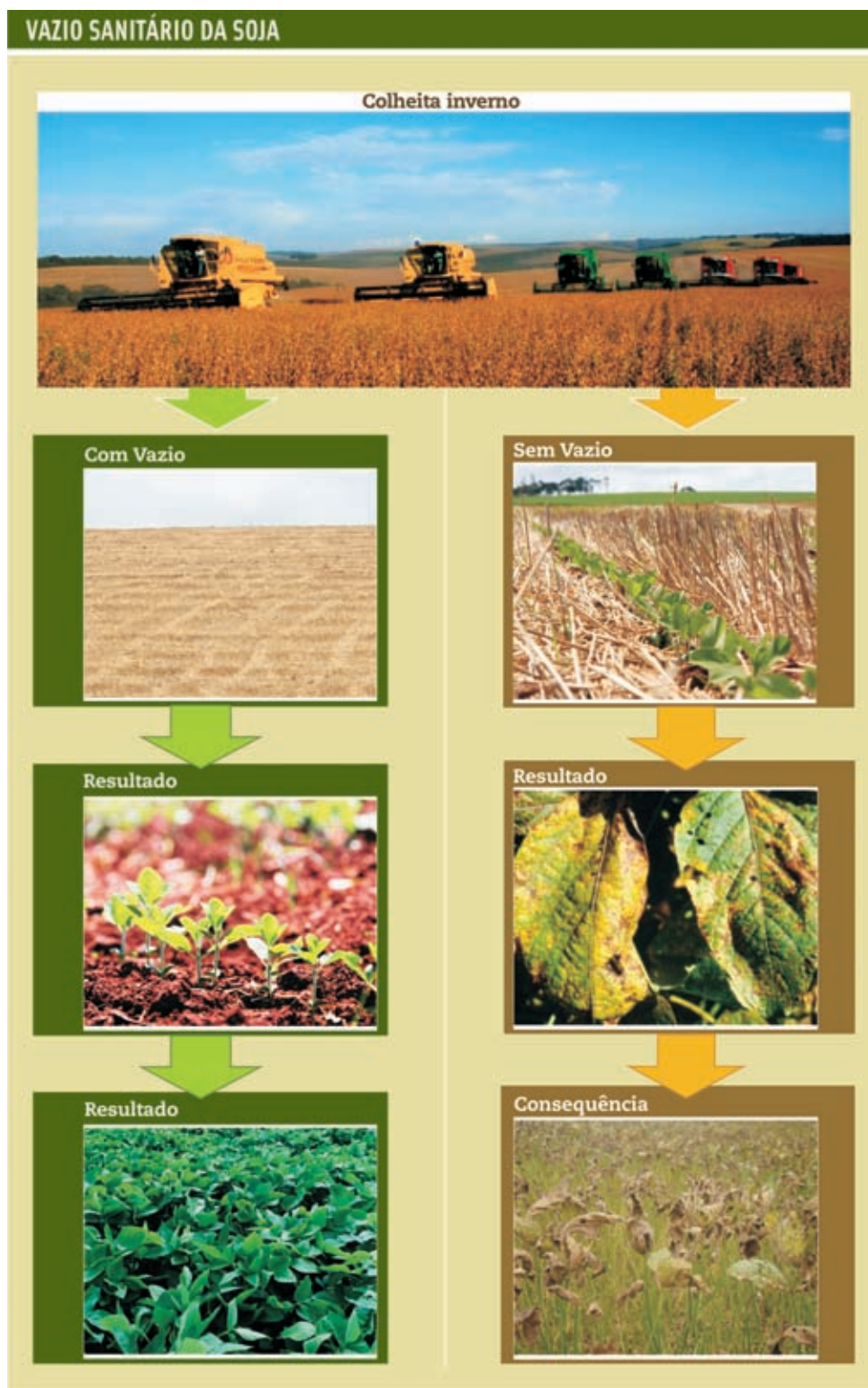
Pausa de três meses para garantir os outros nove

Para o maior controle no combate a ferrugem asiática os produtores devem adotar o vazio sanitário, erradicando as plantas de soja durante noventa dias. A Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por meio da resolução 120/07, institui o Programa Controle da Ferrugem Asiática da Soja. Estabelecendo que todos os produtores de soja devem aguardar de 15 de junho a 15 de setembro, para iniciar o plantio da soja do verão. O período é o mais adequado para a execução do vazio sanitário, por ser o período vegetativo da lavoura.

A engenheira agrônoma da Secretaria da Agricultura, Maria Celeste Marcondes, contou que no Paraná a ferrugem tem sido controlada, através do vazio sanitário, de monitoramento constante das lavouras e tratamentos fúngicos no momento certo. O agricultor tem que ter a consciência de que a desobediência ao vazio sanitário pode condenar os próximos plantios e também plantações vizinhas.

O produtor que cumpre o período de vazio sanitário reduz o número de aplicação de fungicida, o que diminui o custo da produção. “A adesão dos produtores ao vazio sanitário foi muito boa, visto que conseguiram entender que se trata de um benefício para eles próprios” concluiu Marcondes.

É importante lembrar que o produtor tem até o dia 14 de junho para eliminar todas as plantas. Também cabe ao agricultor tomar o cuidado de não deixar germinar soja de forma espontânea em sua lavoura durante o período vazio sanitário.



Agora é a vez dos novinhos

1º a 31 de maio vacinação contra a febre aftosa

Nesta etapa é obrigatória a vacinação apenas de bovinos e búfalos com até 24 meses de idade.



**Comprove
junto à
Seab**

- ✓ Vacinação contra aftosa
- ✓ A vacinação contra Brucelose em bezerras entre 3 e 8 meses de idade de 1º a 31 de maio.

Aproveite a oportunidade para fazer a atualização do cadastro do seu rebanho

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não procurado |
| ☐ Endereço insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |

☐ Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em __/__/__

Em __/__/__

Responsável

INFORMAÇÕES

www.seab.pr.gov.br

PARCEIROS

SISTEMA FAEP



FUNDEPECPR